

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Moral na história: O papel do contexto, autoconsciência e identidade moral na tomada de decisão ética

Ana Carina Martins Nunes

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações,

Orientador:

Doutor Vítor Hugo Silva, Professor Auxiliar Convidado,  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2021

Moral na história: O papel do contexto, autoconsciência e identidade moral na tomada de decisão ética

Ana Carina Martins Nunes

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações,

Orientador:

Doutor Vítor Hugo Silva, Professor Auxiliar Convidado,  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2021





## **Agradecimento**

Ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Hugo Silva, pelo desafio que me propôs, mas principalmente pelo apoio e paciência.

Aos meus pais, irmão e avós por serem o meu porto seguro.

Ao Rui, Sashimi e Júlia pela constante presença.

Aos participantes.



## Resumo

Nas organizações, assim como noutros domínios da vida, as pessoas tomam decisões que envolvem questões eticamente dúbias. Assim, compreender o que determina o comportamento ético torna-se crucial para reduzir ações imorais.

Blasi apresentou o primeiro modelo da identidade moral, denominado “Modelo de Traços”. No entanto, uma das grandes dificuldades é sustentar o comportamento como resultado do *self*, isto é, a existência de traços mais ou menos salientes não determina por si só o comportamento.

Por outro lado, os comportamentos (anti)éticos resultam da interação entre fatores contextuais e individuais. A autoconsciência, como característica individual, intensifica qualquer afeto ou padrão pessoal atualmente saliente para o indivíduo, mas não sabemos se intensifica o comportamento ético.

Este trabalho é composto por dois estudos empíricos, com o intuito de aprofundar este tema, isto é, o impacto de diferentes contextos e da autoconsciência na intenção de comportamento ético e perceber se este é independente da identidade moral do indivíduo. Além disso, pretendeu-se ainda verificar se há diferenças com a idade. No primeiro estudo analisou-se a influência do contexto, com a apresentação de dois cenários, um individual e outro organizacional aos participantes. No segundo estudo, foi estudada a autoconsciência ao responderem a vários cenários eticamente dúbios.

Os resultados obtidos não permitiram apoiar as hipóteses definidas, contudo contribuem para as teorias discutidas e manter a investigação acerca do papel do contexto na tomada de decisão ética e como as situações são percebidas pelo indivíduo. São ainda discutidas limitações e sugestões para estudos futuros.

Palavras-chave: identidade moral, autoconsciência, contexto, tomada de decisão ética.





## **Abstract**

In organizations, as in other areas of life, people make decisions that involve ethically dubious issues. Thus, understanding what determines ethical behavior becomes crucial to reducing immoral actions.

Blasi presented the first model of moral identity, called the "Trait Model". However, one of the great difficulties is to sustain behavior as a result of the self, that is, the existence of more or less salient traits does not by itself determine behavior.

On the other hand, (un)ethical behaviors result from the interaction between contextual and individual factors. Self-awareness, as an individual trait, intensifies any affection or personal pattern currently salient to the individual, but we do not know whether it intensifies ethical behavior.

This paper is composed of two empirical studies, with the intention of further exploring this topic, this is. the impact of different contexts and self-awareness on the intention of ethical behavior and to understand whether this is independent of the individual's moral identity. In addition, it was also intended to verify if there are differences with age. In the first study, the influence of context was analyzed by presenting two scenarios, one individual and one organizational, to the participants. In the second study, self-awareness was studied when responding to various ethically dubious scenarios.

The results obtained did not support the defined hypotheses, however, they contribute to the theories discussed and maintain research on the role of context in ethical decision making and how situations are perceived by the individual. Limitations and suggestions for future studies are also discussed.

**Keywords:** moral identity, self-awareness, context, ethical decision making.



# Índice

Agradecimento.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Capítulo 1. Introdução.....	1
Capítulo 2. Enquadramento Teórico .....	3
2.1. Identidade Moral.....	3
2.1.1. Conceito de Identidade Moral .....	3
2.1.2. Formação da Identidade Moral .....	5
2.1.3. Identidade Moral e o Contexto.....	8
2.2. Autoconsciência.....	10
2.2.1. Conceito de Autoconsciência .....	10
2.2.2. Autoconsciência e Identidade.....	12
2.2.3. Autoconsciência e Conflitos Morais .....	12
2.3. Tomada de Decisão Ética Individual.....	13
Capítulo 3. Estudo 1 .....	18
3.1. Objetivos e Hipóteses .....	18
3.2. Método.....	18
3.2.1. Procedimento.....	18
3.2.2. Participantes .....	19
3.2.3. Instrumentos e Medidas .....	19
3.3. Resultados.....	20
3.3.1. Estatística Descritiva .....	20
3.3.2. Análise de Correlações.....	21
3.3.3. Análise do Julgamento Ético por Escalões Etários .....	21

3.4. Discussão .....	23
Capítulo 4. Estudo 2 .....	25
4.1. Objetivos e Hipóteses .....	25
4.2. Método.....	25
4.2.1. Procedimento.....	25
4.2.2. Participantes .....	26
4.2.3. Instrumentos e Medidas .....	26
4.3. Resultados.....	27
4.3.1. Estatística Descritiva .....	27
4.3.2. Análise da Identidade Moral por Escalões Etários.....	28
4.4. Discussão .....	29
Capítulo 5. Conclusões Finais .....	31
5.1. Conclusão e Implicações Teóricas e Práticas .....	31
5.2. Limitações dos Estudos e Investigações Futuras.....	32
Referências .....	34
Anexos.....	43

## Índice de Quadros

<b>Quadro</b> - 3.3.1. Médias, desvios-padrão, amplitudes e teste T para amostras emparelhadas .	20
<b>Quadro</b> - 3.3.2. Correlações da Simbolização da Identidade Moral e Julgamento Ético nos dois tempos de avaliação.....	21
<b>Quadro</b> - 3.3.3. Médias, desvios-padrão e Teste de Wilcoxon .....	22
<b>Quadro</b> - 4.3.1. Médias, desvios-padrão, amplitudes e teste T para amostras independentes	27
<b>Quadro</b> - 4.3.2. Médias, desvios-padrão e teste de One-Way ANOVA .....	28

## Índice de Figuras

<b>Gráfico</b> - 3.3.3. Julgamento ético em contexto Organizacional e Individual por escalão etário. .....	22
<b>Gráfico</b> - 4.3.1. Média e desvio-padrão do julgamento ético por grupo controlo/manipulação. .....	28



## CAPÍTULO 1

# Introdução

A crença de que algumas pessoas são morais e outras imorais sempre foi uma forma conveniente de dividir a população entre cruéis e virtuosos, porém essa divisão não contempla toda a contingência da moralidade humana. Até a pessoa mais honesta pode transgredir o seu código moral, assim como o pior vigarista pode ter atos de generosidade. Assim, as situações em que nos encontramos podem ser decisivas em que direção é que orientamos a nossa moral (Aquino, et al., 2009).

A noção que fatores situacionais influenciam o comportamento é uma das bases da psicologia social (Ross & Nisbett, 2011) e muitos estudos empíricos apoiam o papel do contexto social como determinante da orientação moral (Aquino et al., 2009). Neste sentido, Aquino e os seus colegas (2009) aplicaram o modelo sócio cognitivo à identidade moral e desenvolveram o conceito de saliência, isto é, fatores situacionais podem tornar a identidade moral mais ou menos saliente.

O conceito de identidade moral baseia-se na teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1986) e sugere que a identidade moral é uma possível componente do autoesquema social de um indivíduo e, tal como outras identidades, está associado a crenças, atitudes e comportamentos determinados, particularmente quando é bastante importante para o indivíduo (Aquino & Reed, 2002). Este constructo é importante, uma vez que, qualquer uma das identidades sociais de um indivíduo pode tornar-se a base da percepção, conduta e comportamento (Turner & Oakes, 1986).

De acordo com Shao, et al. (2008), a identidade moral possui relações significativamente positivas com comportamentos pró-sociais (e.g., voluntariado) e negativas, com comportamentos antiéticos. Os autores afirmam que a identidade moral sofre efeito de fatores contextuais, sendo que para identidades morais mais fortes, os indivíduos são mais vulneráveis a fatores contextuais como por exemplo o clima ético organizacional. Por outro lado, situações que refletem princípios de justiça e dilemas morais são mais suscetíveis de ativar estruturas de conhecimento associadas à identidade moral (Aquino et al., 2005; Weaver, 2006). Deste modo, dilemas morais em contextos diferentes, pressupõe julgamentos éticos diferentes? E esse julgamento? Depende da identidade moral do indivíduo? E da sua idade?

Além disso, a identidade moral associada a diferenças individuais influencia, igualmente, o comportamento ético dos indivíduos (Treviño et al., 2014). Neste sentido, a

investigação tem-se debruçado sobre diferenças individuais, nomeadamente sobre o julgamento e o raciocínio moral. Um outro exemplo é a consciência de si próprio, contudo existe pouca literatura empírica sobre este constructo.

Autoconsciência, segundo Duval e Wicklund (1972), refere-se a um estado momentâneo de maior atenção a aspetos do *self*. Fenigstein, et al. (1975) distinguem entre autoconsciência privada (a tendência dos indivíduos se concentrarem nos próprios sentimentos, pensamentos e comportamento) e autoconsciência pública (a tendência de se concentrarem em aspetos mais visíveis de si, como gestos e aparência). Assim, Buss (1980) verificou que um estado de autoconsciência privada esclarece e intensifica qualquer afeto, motivo ou padrão pessoal atualmente saliente para o indivíduo. Será que podemos afirmar que também intensifica o comportamento ético de um indivíduo? E o julgamento ético? E, uma vez mais, esse julgamento é depende da identidade moral?

O presente trabalho de investigação pretende, precisamente, contribuir para o estudo destas questões, tendo como principal objetivo perceber o impacto de diferentes contextos e da autoconsciência na intenção de comportamento ético e perceber se este é independente da identidade moral do indivíduo. Estas questões são importantes para apoiar e consolidar empiricamente a literatura já existente sobre o tema. De salientar que estas questões são também importantes na análise e compreensão do comportamento organizacional, com o objetivo de reduzir o comportamento antiético ou imoral, uma vez que muitas tomadas de decisões envolvem questões eticamente dúbias.

Esta dissertação é composta por cinco capítulos. No primeiro capítulo um enquadramento teórico sobre o tema. No segundo e terceiro capítulos são apresentados dois estudos que foram desenvolvidos para tentar compreender, primeiramente, os efeitos do contexto (individual vs. organizacional) sobre o julgamento ético. Num segundo estudo, procura-se esclarecer a relação da autoconsciência com a intenção do comportamento ético. Por fim, no último capítulo encontra-se uma discussão dos resultados, bem como as limitações da investigação, implicações práticas e sugestões para o futuro.



## Enquadramento Teórico

### 2.1. Identidade Moral

#### 2.1.1. Conceito de Identidade Moral

A identidade moral tem sido descrita como um mecanismo autorregulatório que motiva a ação moral (Aquino & Reed, 2002), ou ainda como “o grau em que ser uma pessoa moral é importante para a identidade do indivíduo” (Hardy & Carlo, 2011, p. 212). Assim, apesar de existirem várias teorias acerca da mesma, todas partilham a importância do eu moral como determinante da identidade moral, bem como a necessidade de autoconsistência como motor motivacional para a ação moral (Blasi, 1984; Erikson, 1964; Hart et al., 1998).

A identidade de cada indivíduo corresponde à sua essência, envolvendo a veracidade e a autenticidade para consigo, bem como para com as suas ações, na compreensão da realidade (Erikson, 1964). Esta visão de uma identidade como sendo verdadeira consigo própria nas suas ações também se reflete na definição de Hart et al. (1998) de identidade moral, como sendo um compromisso do senso de si próprio com esforços e ações que estimulem e/ou preservem o bem-estar de outras pessoas.

Blasi (1984) apresentou o primeiro modelo da identidade moral, denominado “Modelo de Traços”. Este modelo compreende a identidade como um conceito central para a perceção da operacionalização dos processos morais (1983; 1984; 2005), em que a identidade moral atua como uma série de mecanismos de autorregulação que estabeleceriam referenciais de comportamentos morais. Blasi (1984) demonstra três elementos principais do funcionamento moral: o *self* moral ou identidade moral, a noção de responsabilidade por meio de ações morais e a autoconsistência. Assim, no modelo de traços é crucial que o *self* que movimenta a ação e o comportamento ético sejam coerentes entre si.

Além disso, Blasi (1984) afirmou que as identidades morais dos indivíduos podem ser diferentes em conteúdo, o que quer dizer que enquanto um indivíduo pode entender, por exemplo, a compassividade como crucial para sua identidade moral, outro pode destacar ser justo. Aponta que ainda que possam existir muitas características morais que constituem a identidade moral de cada indivíduo em particular, há uma série de características morais em comum, que, possivelmente, são fundamentais para a moral da maior parte dos indivíduos. Para além disso, segundo Hart et al. (1998), as autodefinições e a autoimportância de uma certa identidade pode transformar-se com o decorrer do tempo e, conseqüentemente, o seu potencial motivacional.

No entanto, uma das grandes dificuldades da Blasi é sustentar o comportamento como resultado do *self*, isto é, a existência de traços mais ou menos salientes não determina por si o comportamento. Por isso nos propomos a estudar o papel do contexto e de outras variáveis individuais. Neste sentido, a análise do problema desta investigação assenta num modelo sociocognitivo.

Mais recentemente, Aquino e Reed (2002) basearam-se na teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1986) e sugeriram que a identidade moral é um possível componente do autoesquema social de um indivíduo e, tal como outras identidades, está associado com crenças, atitudes e comportamentos determinados, particularmente quando é bastante importante para o indivíduo, sendo que algumas pessoas podem considerar a moralidade central para a sua identidade pessoal, enquanto outras podem considerar periférica (Damon, 1984). Ou seja, a identidade moral motiva a ação moral porque os indivíduos podem ver certos traços morais como sendo importantes para o seu autoconceito ou identidade (Treviño et al., 2014). Os indivíduos esforçam-se para manter as identidades que eles acreditam ser significantes e agem em congruência com essa identidade, sendo no caso da identidade moral a implicação da moralidade nas suas ações (Matherne & Litchfield, 2012).

De acordo com Aquino e Reed (2002), a identidade moral tem um aspeto tanto privado como público o que significa que a representação cognitiva do eu moral é muitas vezes projetada simbolicamente para os outros através das ações da própria pessoa. Assim, estes autores dividiram a identidade moral em duas dimensões, nomeadamente a internalização (privado) e a simbolização (público). A dimensão internalização parece tocar diretamente na importância das características morais, referindo-se ao grau em que as características morais são centrais para o autoconceito. A simbolização é uma sensibilidade mais geral ao *self* moral como um objeto social cujas ações no mundo podem transmitir que tem essas características, ou seja, o grau em que os indivíduos expressam os seus traços morais através de comportamentos.

As pessoas que dão mais importância aos aspetos morais apresentam maior predisposição para se comportarem e fazerem julgamentos de forma mais ética (Aquino et al., 2007). Para além disso, a centralidade da moralidade para os indivíduos é a determinante mais poderosa da concordância entre os julgamentos morais e a conduta de cada um, ou seja, as pessoas cujo autoconceito é organizado à volta das suas crenças morais têm maior probabilidade de traduzir estas crenças em ações consistentes ao longo das suas vidas (Boegershausen et al., 2015).

Se por um lado a definição de identidade moral envolve a ideia de que caso a identidade esteja intimamente relacionada ao autoconceito, esta tenderá a ser estável ao longo do tempo, por outro lado, a identidade moral, tal como outras identidades sociais que constituem a autorrepresentação social de um indivíduo, pode ser ativada ou suprimida devido a um contexto, situação ou variáveis associadas as diferenças individuais (Forehand et al., 2002). É baseada nesta disparidade que reside o problema da presente investigação. Adicionalmente, a identidade moral também pode ter maior ou menor relevância com o passar do tempo devido ao grau de maturidade social, emocional e às vivências da pessoa (Hart et al., 1998).

Shao et al. (2008) na sua revisão de estudos na área da identidade moral, reportaram que este constructo possuía relações positivas significativas com comportamentos pró-sociais como o voluntariado e doações para caridade e relações negativas significativas com comportamentos não éticos. Observaram ainda que a identidade moral interage com variáveis contextuais, sendo que os indivíduos com identidades morais mais fortes são mais sensíveis a variáveis contextuais como comportamentos de liderança e cultura organizacional. Por outro lado, a identidade moral associada a diferenças individuais, como julgamento moral influencia também o comportamento ético dos indivíduos (Treviño et al., 2014). Dois estudos de Reynolds e Ceranic (2007) combinaram tipos específicos de julgamento moral (consequencialismo e formalismo) com identidade moral e descobriram que o comportamento ético (caridade) e o comportamento antiético (batota) são influenciados por ambos, bem como pela sua interação.

Como já referido, uma das determinantes da identidade moral é agir de acordo com os valores, princípios e crenças individuais (Colby, 2002), os quais, embora incluam aspetos comuns à maioria das pessoas, apresentam perfis de importância individual, já que, cada indivíduo atribui níveis diferentes de importância aos conteúdos morais, o que influencia diretamente a formação e construção da identidade moral (Damon & Gregory, 1977) que iremos ver a seguir.

### **2.1.2. Formação da Identidade Moral**

O desenvolvimento da identidade moral, segundo Krettenauer e Hertz (2015), apoia-se em três principais pilares: (1) primeiramente, é presumido que a integração do eu e da moralidade que forma uma identidade moral não está presente ainda nas crianças. Assim, falta nas crianças uma identidade moral formada, o que não é um impedimento para que já aconteça alguma integração moral do *self* durante esta fase da vida; (2) o eu e a moralidade tornam-se mais integrados na fase adolescente ou emergem na fase adulta, sendo formada uma identidade moral; (3) por último quando essa integração é atingida, a mesma possibilita que as pessoas ingressem em

diferentes trajetos de desenvolvimento. Aquelas pessoas que integraram o *self* e a moralidade de modo significativo e, como consequência, desenvolveram uma identidade moral sólida, provavelmente procurarão possibilidades para expressar através de ações o seu comprometimento moral, o que pode intensificar ainda mais a sua identidade moral. Entretanto, os com identidades morais frágeis vão ingressar em percursos de carreira não morais, o que permitirá a manutenção dos seus desejos individuais separadamente aos da comunidade ou outras preocupações a nível moral (Krettenauer & Hertz, 2015).

A moralidade é inerente à sociedade humana, por isso, existem muitas razões para afirmar que a interações com as outras pessoas exercem uma função crucial no desenvolvimento da identidade moral. Tappan (1999) afirma que a identidade moral forma-se através das interações linguísticas entre as pessoas e o meio social, o que vai de acordo com Moshman (1999, 2004) que evidenciou que a interação com os outros contribui para o desenvolvimento da identidade moral, tornando mais fácil a descoberta, criação, e reflexão sobre o senso que emerge das pessoas acerca dos seus egos morais.

Assim, inúmeras abordagens sobre a construção de identidade moral terão como foco específico a relevância das interações com os pares. Por exemplo, Davidson e Youniss (1991) sugeriram que as interações sociais permitem que as pessoas destaquem a igualdade e as normas para cooperação, o que por sua vez são contributos para estabelecer os seus juízos morais. Assim, da mesma maneira, Keller e Edelstein (1993) evidenciaram que os relacionamentos entre pares estimulam a geração de obrigações e responsabilidades morais na infância, o que faz com que elas desenvolvam o ego moral.

Além disso, Keller et al. (2004) desenvolveram a ideia de que os sentidos dos indivíduos são desenvolvidos através de relacionamentos interpessoais com amigos mais próximos e pares. As vivências de vínculo afetivo e interações entre pares são extensamente tidas em conta como motores para o desenvolvimento do senso de responsabilidade moral e do *self* moral (Keller, 1996).

Assim, estas investigações fornecem evidências claras de que as influências do meio social, em particular as interações com pai, mãe e colegas na fase adolescente, desempenham uma função crucial para a formação da identidade moral. (Colby & Damon, 1992; Hart et al., 1999; Walker et al., 2000).

As evidências empíricas propõem também que os contextos das comunidades e instituições exercem uma função na formação da identidade moral. Nasir e Kirshner (2003) afirmaram que as práticas da cultura e do contexto das instituições são relevantes para a formação da identidade moral.

A integração da moralidade com a identidade também pode ser estimulada, de modo a proporcionar oportunidades de ação baseadas em valores morais, como serviços à comunidade e outras ações de natureza social. Assim, a aplicação de valores morais é um modo através do qual os indivíduos aprendem a dar valor a tais valores e se julgam com capacidades para serem úteis ao mundo (Hart, 2005). Por exemplo, Youniss e Yates (1997) no seu estudo etnográfico, sobre o voluntariado de jovens numa cozinha, como parte de uma aula sobre justiça social no ensino básico mostrou que tais experiências podem transformar a identidade moral dos indivíduos mais novos. Do mesmo modo, pesquisas têm evidenciado a participação da comunidade (Pratt et al., 2003) e envolvimento em clubes e equipas (Hart et al., 1999) a fim de prever de modo longitudinal a identidade moral.

Hart et al. (2004), no seu estudo, descobriram que, controlando algumas variáveis históricas e demográficas, os adolescentes que moram em localidades mais pobres tinham menor predisposição a tolerar visões divergentes do que os adolescentes que moram em localidades mais ricas. Assim, os bairros mais pobres possuem uma menor possibilidade de participações produtivas que são sugeridas como fundamentais para a formação da identidade moral. Posto isto, instituições e relações interpessoais disponibilizam oportunidades para a difusão de identidades morais.

Outro autor, Smetana et al. (2018), também afirmou que numa idade precoce, por volta de 4 -5 anos, as crianças criam juízos morais acerca daquilo que é correto ou não, o que abrange a perceção da necessidade de evitar malefícios e de fazer o bem aos outros. Por outro lado, em idades mais avançadas, as crianças formam uma perceção mais apurada de justiça e direitos (Helwig & Turiel, 2017).

Turiel e Gingo (2017), também fazem referência as experiências de criança de 5 anos, de agressão ou vitimização, como forte contributo para a formação da sua moralidade. Assim os seus juízos morais são desenvolvidos através de suas vivências do quotidiano associadas a malefícios e benefícios para os outros.

Em suma, nenhuma criança nasce com uma identidade moral. A identidade moral emerge num determinado momento e amadurece à medida que os indivíduos crescem. Assume-se normalmente que as identidades morais são formadas no período da adolescência e se consolidam na idade adulta (Krettenauer & Hertz, 2015). O contexto e a interação com os pares tornam-se cruciais no desenvolvimento da identidade moral. Devido a este processo de desenvolvimento, a identidade moral pode tornar-se mais preditiva do comportamento real na idade adulta (Hertz & Krettenauer, 2016), embora o contexto possa influenciar mesmo na idade adulta como iremos ver de seguida.

### **2.1.3. Identidade Moral e o Contexto**

Como já referido anteriormente, ao abordar uma perspectiva sociocognitiva, a saliência da identidade moral e, conseqüentemente, o impacto no funcionamento moral, pode ser influenciado por fatores situacionais.

A importância da identidade moral em qualquer situação depende de duas condições: (1) se a identidade moral é importante para o indivíduo, o que significa que geralmente existe um nível elevado de ativação em relação a outras construções na memória de trabalho de uma pessoa, numa determinada situação e (2) se as características da situação evocam estruturas de conhecimento associadas a preocupações morais ou ao eu moral (Aquino & Freeman, 2012). Por outras palavras, a importância da identidade moral, ou qualquer identidade para esse fim, em qualquer situação particular pode variar dependendo da presença ou ausência de certos sinais contextuais. Por exemplo, situações que tornam as pessoas conscientes de que devem agir ou que as levam a refletir sobre princípios de justiça e virtudes morais são mais suscetíveis de ativar estruturas de conhecimento associadas à identidade moral (Weaver, 2006).

Reed et al. (2007) examinaram a relação entre identidade moral e a preferência de indivíduos por doar tempo ou dinheiro a uma organização de caridade. Depois de estabelecido que as doações de tempo eram mais morais que o ato de doar dinheiro (estudo 1a), os autores fizeram um estudo adicional que é pertinente para a noção que a saliência relativa da identidade moral determina a sua potência autorregulatória. Em vez de medir a importância da identidade moral para o indivíduo, os autores manipularam a relevância ao pedir aos participantes para completarem uma tarefa escrita à mão. Na versão da tarefa, que a identidade moral sofreu “priming”, foi pedido aos participantes que escrevessem os nove adjetivos (carinhoso, confiável, honesto, etc.) que são usados na medida de Aquino e Reed (2002) cinco vezes cada. Depois foi pedido que escrevessem uma história sobre eles mesmos que incorporasse esses nove adjetivos. No grupo de controlo os participantes fizeram uma tarefa semelhante em que fizeram um texto usando 9 palavras sem contexto moral (cadeira, livro etc.). Depois de acabarem a tarefa os participantes foram informados que também iriam fazer uma doação na qual teriam de fazer uma decisão sobre doar tempo, dinheiro ou nem um nem outro. Os participantes tiveram que escolher a organização à qual iriam fazer a doação (associação americana de marketing ou a cruz vermelha), a mesma variava no que diz respeito da resposta às necessidades dos outros. Resultados mostram que a tarefa de identidade moral aumentava significativamente a vontade dos participantes doarem tempo em vez de dinheiro quando a caridade escolhida era mais responsiva às necessidades dos outros. Embora Reed et al. (2007)

não tenha medido a saliência da identidade moral, estes resultados são consistentes com a noção que a tarefa que premeia identidade moral temporariamente aumenta a saliência da identidade moral, logo fortalece a sua influência autorregulatória no comportamento moral.

Outro estudo que apoia a influência de fatores situacionais na saliência da identidade moral é de Aquino et al. (2009). Estes autores desenvolveram um trabalho que foi dividido em 4 estudos onde foram analisados o impacto de 3 situações: (1) Leitura de uma lista de 10 mandamentos (estudo 1), (2) Presença de incentivos financeiros (estudos 2 e 3) e (3) Escrever uma história muito centrada em termos morais (estudo 4). Este trabalho possibilitou chegar à conclusão que os impactos destes fatores contextuais variam, dependendo do quanto a identidade moral é central para o indivíduo. Além disso, também concluíram que um fator situacional eleva a identidade moral das pessoas de tal modo que pode levar a aumentar as hipóteses delas de se motivarem para agir de forma mais moral, por outras palavras, maior relevância da identidade moral, resulta em maiores (menores) intenções de fazer comportamentos morais (imorais). De salientar ainda que uma premissa no seu modelo sociocognitivo é que a identidade moral é uma poderosa fonte de motivação moral porque as pessoas, geralmente, mantêm a autoconsistência (Aquino et al. 2009).

DeCelles e colegas (2012) constataram que uma identidade moral sólida vai evitar o desenvolvimento de um comportamento egocêntrico daqueles que têm a experiência psicológica de se sentirem poderosos. Para estes autores é fundamental que as empresas considerem a identidade moral dos indivíduos que possam atingir cargos de poder, pois, prevê-se que os que apresentam identidades morais frágeis desenvolvam um padrão comportamental mais direcionado para os seus próprios interesses (egoísmo) e não dos outros. Para os que já se encontram em posições de poder e que também apresentam elevada personalidade, as empresas devem ter em conta intervenções que possam auxiliá-las no desenvolvimento de suas identidades morais.

O'Reilly e Aquino (2011) fizeram referência ao impacto da identidade moral nas reações intuitivas de um indivíduo perante a injustiça. Assim, segundo os mesmos, a centralidade da identidade moral de um indivíduo aumenta a possibilidade de que um dado indivíduo encare os maus-tratos como uma transgressão moral e eleva as hipóteses de que ele experiencie raiva e sentimento de justiça como consequência.

Além disso, também Aquino e colegas (2011) mencionaram que aqueles que apresentam valores mais elevados de identidade moral experienciaram um estado de elevação moral e uma vivência a nível emocional agradável, depois de se exporem a atos de benevolência pouco

comuns, por parte de outras pessoas. Assim, tal sentimento de elevação moral mediou o relacionamento entre identidade moral e os comportamentos pró-sociais.

Também Aquino e Freeman (2012) deram grande ênfase ao desenvolvimento da moralidade em contexto organizacional através do desenvolvimento do seu modelo sociocognitivo da identidade moral, onde esta é conceptualizada como um diferencial da pessoa e uma construção mental, que pode ser ativada através de situações que vão variar de pistas mais subtis a uma diversidade de outras associadas ao contexto importantes para o negócio. Por exemplo, eles sugerem que as recompensas financeiras, que geram uma estrutura de negócios, podem tornar mais fraco o poder de uma identidade moral sólida, fomentando mais uma identidade material. Por fim, os mesmos autores também referem que as normas de grupo e os modelos a seguir podem apoiar ou suprimir a identidade moral.

## **2.2. Autoconsciência**

### **2.2.1. Conceito de Autoconsciência**

A autoconsciência é um conceito central em várias abordagens divergentes do comportamento e da vida (Fenigstein et al., 1975).

Os seres humanos possuem o potencial de desviar o foco da sua atenção do ambiente para si próprios e vice-versa (Duval & Wicklund, 1972; Mead, 1934). Esse autofoco encontra-se dividido em duas dimensões: pública e privada (Buss, 1980; Fenigstein et al., 1975). Assim a autoconsciência pública diz respeito à tendência dos indivíduos se concentrarem nos próprios sentimentos, pensamentos e comportamento enquanto a dimensão privada refere-se à tendência de se concentrarem em aspetos mais visíveis de si, como gestos e aparência/aspetos físicos.

A autoconsciência pública ou privada, também pode ser disposicional ou situacional. A autoconsciência disposicional é inúmeras vezes mencionada como *self-consciousness*. Já a situacional como *self-awareness* (Fenigstein et al., 1975).

Assim, a autoconsciência disposicional pública e privada são tomadas como características da personalidade de um determinado indivíduo, que são relativamente estáveis (Buss & Scheier, 1976; Carver & Glass, 1976). Por outro lado, autoconsciência situacional, pública e privada, são estados temporários que são vulneráveis a variáveis situacionais (Fenigstein et al., 1975). Deste modo, a autoconsciência pode ser manipulada ao colocar os participantes em frente a um espelho (dimensão pública) ou ainda através de instruções para se focar nos seus próprios pensamentos (dimensão privada) (Govern & Marsch, 2001).



Posto isto, a autoconsciência refere-se a um estado momentâneo de maior atenção a aspetos do *self*, em que o *self* se torna um objeto da nossa própria atenção (Duval & Wicklund, 1972). Nessa condição, o indivíduo identifica, processa e arquiva de maneira ativa informações acerca de si próprio. A distinção relevante aqui é a de ser possível notar e fazer o processamento dos estímulos do ambiente, como, por exemplo, uma cor, sem saber, de modo consciente, que está a fazer tal coisa. O indivíduo torna-se autoconsciente ao refletir sobre a vivência da percepção e processamento dos estímulos, como, por exemplo, comer algo e sentir que a comida é boa (Morin, 2011).

A autoconsciência também pode ser considerada uma representação de um fenómeno de múltiplas dimensões complexo e que engloba diversos domínios do *self*. Com esta capacidade é possível ao ser humano concentrar-se nas suas emoções, pensamentos, características de personalidade, preferências, metas, ações, percepções, sensações, intenções próprias. Dessa forma, as emoções ou traços são aspetos de nível privado, que podem ser diferenciados das dimensões de nível público, traços evidentes visíveis como o corpo, aspeto físico e comportamentos (Fenigstein, 1987).

Assim, exemplos de alguns aspetos relacionados com a autoconsciência são a capacidade de fazer inferências sobre o estado mental de outra pessoa (ToM: Theory of Mind), autodescrições, autoavaliações, autoestima, autorregulação, autoeficácia, autoconsciência emocional, autorreconhecimento e diálogo interno (Morin et al., 2011). A autoconsciência também gera um senso de continuidade como pessoa no decorrer da vida e engloba uma percepção de ser diferente do resto do ambiente (Kircher & David, 2003).

Duval e Wicklund (1972) sugeriram em teoria que uma condição crónica ou momentânea de alta consciência de si mesmo conduz os indivíduos, não somente a ficarem conscientes daquilo que pensam, sentem e dos seus comportamentos, mas também das suas metas, o que é denominado de estado ideal (Burwell & Shirk, 2007; Carver & Scheier, 1998; Donovan et al., 2015; Grant et al., 2002).

Desta forma, como consequência, os indivíduos autoconscientes estão mais predispostos a fazer comparações entre estados tidos como ideais com estados momentâneos e realistas, dentro do processo de procura de objetivos. Por isso, o implicar-se nesse processo de comparação, ou no controlo de objetivos, estimula os indivíduos a alcançarem uma conformidade entre esses estados distintos e, portanto, a intensificar a sua atenção voltada para a tarefa, o que foi evidenciado de forma empírica (Carver & Scheier, 1998).

### **2.2.2. Autoconsciência e Identidade**

Enquanto a identidade explica quem acreditamos ser, a autoconsciência inclui o grau de sensibilidade à forma como somos vistos pelos outros (Caldwell, 2009). A teoria da Autoconsciência sugere que os indivíduos que são mais conhecedores de como são percebidos pelos outros são melhores a incorporar informação dos outros nas suas autoavaliações, e, em última análise, no seu comportamento (Moshavi et al., 2003). Identidade e autoconsciência são construções intimamente relacionadas, sendo a identidade influenciada pela forma como se percebe deveres e papéis relacionados com as partes interessadas e a sociedade (Stets & Burke, 2000).

Goleman (2006) afirma que a autoconsciência é um elemento fundamental da inteligência emocional e é crucial para a capacidade de comunicar e construir relações de confiança com os outros. Os indivíduos com elevado grau de autoconsciência são capazes de autocontrolo e de adaptar os seus comportamentos para se relacionarem eficazmente com os outros (Shivers-Blackwell, 2006).

Por último, Boyatzis e McKee (2005) notaram que, em stress, os indivíduos tornam-se menos conscientes de si próprios e perdem os sinais dos outros que lhes permitem ser eficazes na gestão de si próprios e das suas relações.

### **2.2.3. Autoconsciência e Conflitos Morais**

Segundo Huhtala e Kunnen (2019), a consciência pode ser dividida em três níveis: descrição, reflexão e avaliação. Estes níveis captam as diferenças nas reações individuais aos conflitos morais com mais exatidão do que os objetos destes processos de pensamento.

O nível de consciência (descritivo, reflexivo e avaliativo) surgiu como uma característica relevante que poderia refletir diferentes níveis de maturidade. A abordagem de um conflito moral apenas no nível descritivo contextual não toma o indivíduo em si como objeto de consciência. A consciencialização torna-se mais pessoal quando os indivíduos têm a capacidade de reconhecer estados internos, pensamentos e emoções que o conflito suscita no seu interior. Contudo, a consciência reflexiva inclui o reconhecimento das razões por detrás das perceções e reações pessoais. O nível avaliativo representa a forma mais madura de consciência, uma vez que os indivíduos são capazes de comparar a sua própria compreensão com outros pontos de vista potenciais e ver que outras soluções ou visões do conflito podem ser tão boas como as suas. Tanto a reflexão como a avaliação incluem também a auto agência, um sentido de autoria sobre os próprios pensamentos e ações (Huhtala & Kunnen, 2019).

Deste modo, os níveis de consciência mostram semelhança com os níveis de maturidade de desenvolvimento, isto é, à medida que os indivíduos se desenvolvem, reconhecem cada vez mais o seu próprio papel nas suas perceções e interações no mundo (a crescente consciência da subjetividade nos processos de criação de sentido (Bosma & Kunnen, 2001)). Isto leva a uma maior consciência do seu próprio papel nos conflitos, na interpretação de situações específicas, e nas ações que se tomam (Bosma & Kunnen, 2001). De acordo com a ideia de que a maturidade associa com maior flexibilidade, no estudo de Huhtala e Kunnen (2019), os líderes que mostraram maior variedade nas suas formas de reagir a diferentes conflitos morais também mostraram os níveis de consciência mais maduros. Este tipo de capacidade de assumir múltiplas perspetivas numa situação particular e a capacidade de pensamento complexo estão ambos relacionados com o raciocínio moral maduro com objetivos pró-sociais que visam o bem comum (Skoe et al., 1996).

### **2.3. Tomada de Decisão Ética Individual**

No seu quotidiano, as pessoas tomam continuamente decisões com diferentes graus de importância e complexidade (Simões, 2020) e que implicam vários tipos de julgamentos, nomeadamente as possíveis consequências de ações alternativas, bem como, as reações avaliativas de alguém a essas mesmas consequências (Connolly, et al., 2013).

Neste sentido, torna-se importante perceber como é que os indivíduos processam a informação, num processo de tomada de decisão, principalmente em cenários eticamente dúbios.

Esse processamento de informação pode ser feito de dois modos distintos.

O processamento sistemático recorre a regras e princípios universais e exige um raciocínio consciente, deliberativo que requer um maior esforço cognitivo e de atenção. Os indivíduos recorrem a este tipo de processamento quando estão motivados e aptos para analisar a informação (e.g., maior relevância da tarefa ou inexistência de pressões de tempo) (Chen et al. 1999).

Por outro lado, quando os indivíduos não estão motivados ou estão limitados a pensar no conteúdo da informação (e.g., menor relevância da tarefa ou existência de pressões de tempo), recorrem ao processamento heurístico, isto é, processamento baseado em regras de decisão que correspondem a estruturas de conhecimento aprendidas e guardadas na memória, que se encontram disponíveis e que apliquem ao contexto (Chen et al., 1999).

Porém, a existência destes dois tipos de processamento de informação diferentes não se coaduna com os modelos clássicos da racionalidade, que definiam este processo como puramente racional, em que, o indivíduo, com acesso a todas as alternativas disponíveis, à probabilidade das mesmas ocorrerem e as suas respetivas consequências, seria capaz de escolher a melhor alternativa, procurando uma maximização do seu interesse (Simon, 1989).

Assim, Simon (1997) afirma que, na tomada de decisão, a racionalidade dos decisores é limitada pela informação que este dispõe, pelas limitações cognitivas da mente humana para avaliar e processar a informação e pelo tempo limitado que o indivíduo tem para tomar a sua decisão.

O conceito de racionalidade limitada (Simon, 1997) surge com o objetivo de compreender o processo de tomada de decisão, na medida que vem negar a conceção do indivíduo enquanto agente maximizador do seu interesse (Silva, 2009).

Devido à racionalidade limitada, é expectável que o processamento heurístico prevaleça aos sistemático, uma vez que os níveis de exigência de cognição são inferiores (Miranda, 2013).

Em 2003, Kahneman aborda três tópicos que assume como constituintes da racionalidade limitada e que limitam a tomada de decisão: os efeitos de *framing*, as heurísticas de julgamento e as escolhas arriscadas. Os efeitos de *framing* são observáveis quando as descrições das opções fornecidas (com uma conotação positiva ou negativa) a um indivíduo eliciam diferentes escolhas, isto é, quando os indivíduos são expostos a problemas com consequências idênticas, mas descritos em termos de ganhos *versus* perdas, são habitualmente contraditórios no processo de tomada de decisão (Gonzalez et al., 2005). O efeito de *framing* é observável no “problema da doença asiática”. Relativamente às heurísticas de julgamento, estas são explicadas como um processo inconsciente da substituição de um atributo específico daquilo que está a ser objeto de julgamento (menos acessível) por um atributo do alvo que é mais facilmente acessível para o indivíduo (Kahneman, 2003). Assim, numa situação de tomada de decisão, se a pessoa responsável por este processo o considerar difícil, poderá tomar a decisão com base em atributos heurísticos, em vez de uma decisão baseada no conhecimento. As escolhas arriscadas podem ser percecionadas como uma escolha entre seguir as probabilidades ou arriscar (Kahneman & Tversky, 1979). O modelo de escolha arriscada, denominado “teoria perspectiva”, de Kahneman e Tversky (1979) demonstra que quando os indivíduos enfrentam uma escolha arriscada que resulta em ganhos sentem aversão ao risco, mas quando enfrentam uma escolha arriscada que resulta em perdas, procuram arriscar. A teoria refere também que habitualmente é dado um grande peso a baixas probabilidades e muito pouco peso a probabilidades mais elevadas. Esta

teoria pode ajudar a explicar tomadas de decisão antiéticas, como a evasão aos impostos (Dhami & Al-Nowaihi, 2007).

Contudo, segundo Bazerman e Sezer (2016), a investigação relativa à racionalidade limitada tem sido restringida à exploração de como a informação é indevidamente integrada e utilizada. O estudo de Chugh e Bazerman (2007), vem então explorar um novo aspeto das limitações da racionalidade de um indivíduo, denominado de consciência limitada. Estes autores definem a consciência limitada como “fenómeno onde os indivíduos não “veem” informações acessíveis e perceptíveis durante o processo de tomada de decisão, enquanto “veem” informações igualmente acessíveis e perceptíveis; como resultado, informações úteis permanecem fora de foco para quem toma a decisão” (p.2). Este fenómeno pode ter impacto na tomada de decisão ética e deve ser tido em conta, já que os indivíduos podem ignorar e não agir perante comportamentos antiéticos (Bazerman & Sezer, 2016).

Enquanto a racionalidade limitada insinua que os indivíduos são mais propensos a erros cognitivos previsíveis e sistemáticos, a noção de ética limitada também sugere erros sistemáticos e previsíveis, mas na vertente ética (Chugh et al., 2005; Kern & Chugh, 2008). Assim, tal como acontece na racionalidade limitada, a ética limitada é considerada um fator que influencia criticamente a qualidade da tomada de decisão de um indivíduo (Chugh et al., 2005). Para suportar esta ideia, Chugh e colaboradores (2005) argumentam que uma das consequências da ética limitada é a dificuldade em reconhecer a presença de um desafio ético que esteja associado a uma determinada decisão ou situação. Ora, ao não conseguirem detetar informações-chave que influenciam as suas decisões e/ou julgamentos, os indivíduos, automaticamente, terão mais dificuldade em tomar uma decisão considerada ética. Alguns exemplos de ética limitada são conflitos de interesse e preconceito implícito (Chugh et al., 2005; Zhang et al., 2015).

Por último, é possível encontrar na literatura um outro obstáculo para a tomada de decisão ética: o egocentrismo ético. De acordo com Epley e Caruso (2004), o egocentrismo ético surge de mecanismos psicológicos inconscientes e automáticos, mais concretamente de três processos psicológicos: 1) as perceções são automaticamente interpretadas de um modo egocêntrico; 2) os estímulos e os acontecimentos são automaticamente avaliados como positivos ou negativos; e, 3) os julgamentos morais, sobre justiça ou injustiça, têm por base avaliações automáticas. São estes processos que explicam o porquê do egocentrismo ético não ser percecionado como um enviesamento pelos indivíduos (Epley & Caruso, 2004). Ao não ser percecionado, quando estes são expostos a uma situação em que a tomada de decisão é propícia à existência de egocentrismo ético, é possível afirmar que este egocentrismo é um claro

obstáculo para uma decisão ética. Encontramos um exemplo de egocentrismo ético num estudo onde foi pedido aos participantes para decidirem sobre a alocação justa de salários, onde estes alegaram merecer, em média, 35.25\$ quando trabalhassem 10 horas, enquanto os colegas apenas mereceriam 30.29\$ por um trabalho exatamente igual (Messick & Sentis, 1983, citados por Epley & Caruso, 2004).

No seguimento da literatura e questões aqui apresentadas, foram desenvolvidos dois estudos empíricos. O primeiro estudo procura perceber o papel do contexto na intenção de comportamento ético. Contudo, como referido, as diferenças individuais também influenciam o comportamento ético, pelo importa explorar uma dessas diferenças, a consciência que o indivíduo tem de si próprio. Em ambos os estudos pretende-se ainda entender se a identidade moral é independente desse mesmo comportamento ético. Nos capítulos seguintes são então apresentados os objetivos e hipóteses dos dois estudos empíricos, bem como respetivas metodologias, resultados, discussão dos mesmos e conclusões finais.



## CAPÍTULO 3

### Estudo 1

#### 3.1. Objetivos e Hipóteses

Este primeiro estudo empírico pretende responder às seguintes questões: (1) A identidade moral é estável ao longo do tempo? (2) O julgamento ético é influenciado pelo contexto em que o indivíduo está inserido e independente da identidade moral do mesmo? (3) Este julgamento é mais acentuado em indivíduos mais jovens? Neste sentido, propõe-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1a:** A dimensão internalização da identidade moral mantém-se estável ao longo do tempo.

**Hipótese 1b:** A dimensão simbolização da identidade moral mantém-se estável ao longo do tempo.

**Hipótese 2:** O julgamento ético é afetado pelo contexto e independente da identidade moral.

**Hipótese 3:** A influência do contexto no julgamento ético de um indivíduo é mais saliente nos indivíduos mais jovens.

#### 3.2. Método

##### 3.2.1. Procedimento

Nesta primeira parte foi desenvolvido um estudo longitudinal com dois tempos de medida e com um intervalo de 10 dias entre cada.

Previamente ao preenchimento do questionário, foi apresentado aos participantes o consentimento informado que descrevia de forma breve o objetivo do mesmo e garantia o anonimato e confidencialidade das respostas. Após darem o seu consentimento para participar no estudo, foi-lhes solicitado que indicassem um *email*, de modo a ser possível enviar a segunda parte do estudo, bem como emparelhar o primeiro questionário com o segundo. Posteriormente, os participantes foram direcionados para as questões das diversas escalas e tarefas. No final, responderam a questões sociodemográficas e foram informados que após 10 dias seriam convidados a concluir a segunda parte. Após a realização da segunda parte, foi realizado o *debriefing*.

O questionário utilizado para a recolha de dados foi desenvolvido com recurso ao software *Qualtrics*, pelo que a sua aplicação foi feita por via eletrónica através da divulgação



de um *link* de acesso, obtendo-se assim uma amostra por conveniência usando o método “bola de neve”. O mesmo esteve disponível entre os meses de abril e agosto de 2020.

### 3.2.2. Participantes

Como já referido, a recolha de dados foi feita em dois momentos distintos. No primeiro momento pudemos contar com 168 questionários válidos e no segundo momento com 70, pelo que a amostra final do estudo são 70 participantes, verificando-se um *dropout* de 41,6%.

Os participantes possuem idades entre os 19 e os 76 anos ( $M = 40.17$ ;  $DP = 14.73$ ) e são maioritariamente do sexo feminino (60%).

Relativamente à escolaridade, a maioria dos participantes (81,5%) possui formação académica superior, sendo a Licenciatura o nível habilitacional mais representado (54,3%).

### 3.2.3. Instrumentos e Medidas

*Identidade Moral* (variável de controlo):

Esta variável foi acedida através da utilização da Escala de Identidade Moral desenvolvida por Aquino e Reed (2002). Foram apresentados aos participantes nove características individuais associadas a valores morais (carinhoso(a), prestável, sensível, trabalhador(a), justo(a), honesto(a), amigável, amável e generoso(a)) e, posteriormente, pedido que estes indicassem em que medida concordavam com um conjunto de afirmações, usando uma escala de Likert de 7 pontos (1- Discordo totalmente a 7- Concordo totalmente). A medida é composta por 10 itens, sendo que 5 correspondem à subescala de internalização ( $\alpha = .58$ ), (e.g., “Tenho estas características e isso é importante para mim.”) e os restantes 5 itens à subescala de simbolização ( $\alpha = .81$ ), (e.g., “O que faço nos meus tempos livres identificam-me claramente como tendo estas características.”). Como a subdimensão internalização tem uma consistência moderada, não se pode garantir a confiabilidade da medida. Deste modo, apenas foi utilizada a subdimensão simbolização na análise dos resultados.

*Identificação de obstáculos* (tarefa de distração):

Os participantes foram informados que o objetivo do presente estudo seria analisar a utilização dos navegadores de internet (*web browsers*). Deste modo, todos os participantes receberam instruções para responder a uma questão, utilizando o seu motor de busca. As questões foram adaptadas de Kreibich et al. (2020), sendo que, na primeira parte, foi apresentada uma pergunta difícil (“Qual a proporção da população que foi atingida pela gripe durante o inverno de 2003/2004 em França?”) e, na segunda parte, uma pergunta fácil (“Em que dia foi registado o

primeiro caso COVID19 em Portugal?"). Para garantir que os participantes não despendiam muito tempo na tarefa, cada pergunta continha a nota "É expectável que dispense apenas 2 ou 3 minutos com esta tarefa."

*Julgamento ético* (variável dependente) e *contexto*:

Para manipular o contexto, foram descritos dois cenários com indivíduos com comportamentos eticamente dúbios. Na primeira parte do estudo, foi apresentado um cenário em contexto organizacional, adaptado de Kvalnes e Øverenget (2012) (anexo A) e, na segunda parte, um cenário de conduta individual adaptado de Lotto et al. (2014) (anexo B). Assim, a observação do grau em que os participantes consideravam aceitável a decisão tomada no cenário foi operacionalizada através da questão "Na sua opinião, em que medida o comportamento do [nome do indivíduo] é aceitável?". As respostas foram cotadas numa escala de Likert de 7 pontos (1 - Totalmente inaceitável a 7 – Totalmente aceitável).

### 3.3. Resultados

#### 3.3.1. Estatística Descritiva

No quadro 3.3.1., são apresentados os resultados de estatística descritiva da subdimensão de simbolização da identidade moral nos dois tempos de avaliação, bem como do julgamento ético nos dois contextos (organizacional e individual).

**Quadro - 3.3.1. Médias, desvios-padrão, amplitudes e teste T para amostras emparelhadas**

Dimensões	Tempo 1			Tempo 2			<i>t</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Amplitude	<i>M</i>	<i>DP</i>	Amplitude	<i>p</i>
IM Simbolização	4.41	0.919	2.00 - 6.80	4.44	1.034	1.60 - 6.80	0.777
Julgamento ético (O-I)	2.39	1.344	1.00 - 6.00	2.37	1.436	1.00 - 6.00	0.946

*Nota:* IM = Identidade Moral; O = contexto Organizacional; I = contexto Individual;

A partir da análise do quadro 3.3.1., observa-se que, no tempo 1, os participantes apresentam uma média em simbolização de identidade moral de 4.41 (*DP*=0.919) e no tempo 2 de 4.44 (*DP*=1.034), sendo também neste último onde se observa a maior amplitude de resultados entre os participantes. A diferença média apresentada entre os momentos de 0.031, não se revela no entanto estatisticamente significativa, não havendo assim evidências de que a

simbolização se altere ao longo do tempo ( $T(69) = -0.284$ ;  $p = 0.777$ ;  $d = -0.034$ ), confirmando-se a hipótese 1.

No que se refere ao julgamento ético, a média apresentada pelos participantes em contexto organizacional foi de 2.39 ( $DP = 1.344$ ) e em contexto individual de 2.37 ( $DP = 1.436$ ). A diferença média apresentada entre os contextos foi de 0.014, não se revelando estatisticamente significativa, pelo que não existem evidências de que, neste caso, o contexto determine a valência do julgamento ético ( $T(69) = 0.067$ ;  $p = 0.946$ ;  $d = -0.008$ ). Deste modo, não se confirma a hipótese 2.

### 3.3.2. Análise de Correlações

No quadro 3.3.2. são apresentadas as correlações das variáveis em estudo nos dois tempos de avaliação, através das correlações de Pearson.

**Quadro - 3.3.2.** Correlações da Simbolização da Identidade Moral e Julgamento Ético nos dois tempos de avaliação

Dimensões	R	p
IM Simbolização - tempo 1 vs. tempo 2	0.557	<0.001
Julgamento Ético - contexto organizacional vs. individual	0.188	0.120

Dos resultados apresentados, verifica-se que existe uma correlação positiva significativa de moderada intensidade entre os dois momentos de avaliação da subdimensão simbolização da identidade moral ( $r = 0.557$ ,  $p < 0.001$ ), o que revela uma consistência na expressão desta dimensão ao longo do tempo.

No que diz respeito ao julgamento ético, não se verifica uma correlação significativa entre a julgamento ético em contexto organizacional e em contexto individual ( $r = 0.188$ ,  $p = 0.120$ ). Existem assim evidências de os cenários apresentados são reconhecidos e analisados de forma diferente pelos participantes. Contudo, como referido, a diferença entre contextos de julgamento ético não influencia o nível de aceitabilidade ética atribuído.

### 3.3.3. Análise do Julgamento Ético por Escalões Etários

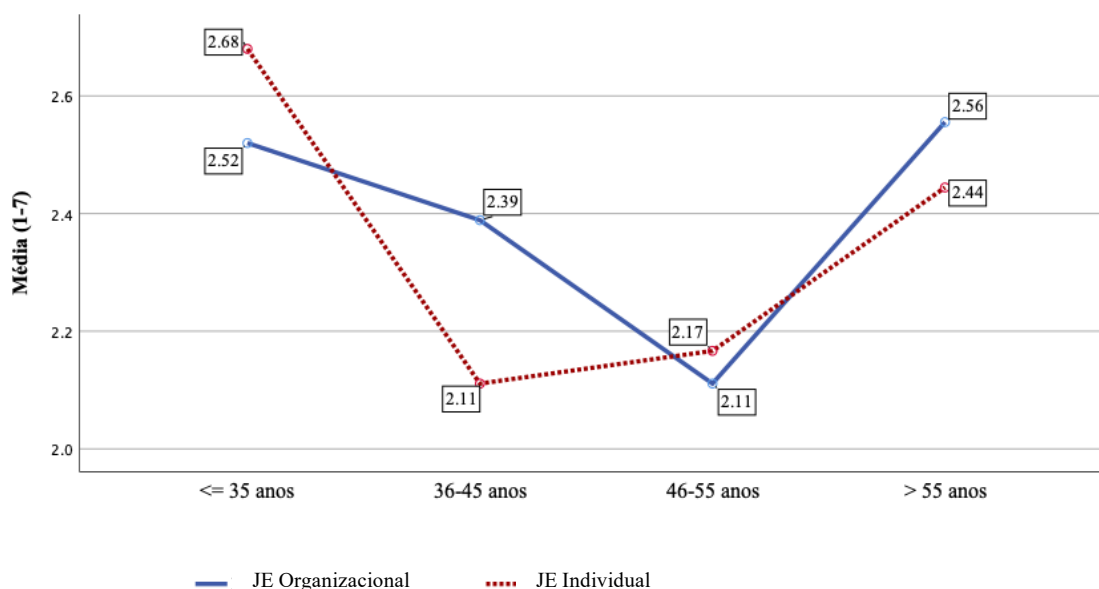
No quadro 3.3.3., são apresentados os resultados de estatística descritiva do julgamento ético em contexto organizacional e individual por escalão etário.

**Quadro - 3.3.3. Médias, desvios-padrão e Teste de Wilcoxon**

Escala o etário	n	Aceitabilidade Organizacional		Aceitabilidade Individual		W  p
		M	DP	M	DP	
		≤ 35 anos	25	2.52	0.963	
36-45 anos	18	2.39	1.614	2.11	1.491	0.530
46-55 anos	18	2.11	1.323	2.17	1.689	0.822
> 55 anos	9	2.56	1.810	2.44	1.236	0.832

Da leitura do Quadro 3.3.3., verifica-se que não existem diferenças significativas entre o julgamento ético em contexto organizacional e individual nos diferentes escalões etários, pelo que não se confirma a hipótese 3. (≤35 anos: ( $U=87.500$ ,  $p=0.597$ ,  $d=0.089$ ); 36-45 anos: ( $U=26.000$ ,  $p=0.530$ ,  $d=0.278$ ); 46-55 anos: ( $U=48.500$ ,  $p=0.822$ ,  $d=0.035$ ); >55 anos: ( $U=9.500$ ,  $p=0.832$ ,  $d=0.111$ )).

**Gráfico - 3.3.3. Julgamento ético em contexto Organizacional e Individual por escalão etário.**



*Nota: JE Organizacional = Julgamento ético em contexto organizacional; JE Individual = Julgamento ético em contexto individual;*

O gráfico 3.3.3. que representa o julgamento ético em contexto organizacional e individual por escalão etário, ao longo da idade, permite uma visão global do mesmo, onde as médias mais elevadas são apresentadas nas idades mais jovens ( $\leq 35$  anos), sofrendo depois um decréscimo nos 36-45 anos e 46-55 anos, que, posteriormente, sofre uma elevação nas idades acima dos 55 anos. Esta distribuição poderá ser indicadora de padrões etários, ou geracionais, de julgamento ético.

### **3.4. Discussão**

O mundo organizacional apresenta questões urgentes que necessitam de ser respondidas para o seu melhor entendimento, particularmente no que se refere ao comportamento antiético ou imoral, atendendo que o processo de tomada de decisões é dependente de questões eticamente dúbias. Desta feita, o presente estudo tem como principal objetivo entender o impacto dos diferentes contextos na identidade moral e, conseqüentemente, na intenção do comportamento ético.

Em termos temporais, foi levantada a hipótese acerca da estabilidade temporal da dimensão simbolização da identidade moral. Os resultados obtidos através de análises de comparação de amostras emparelhadas demonstram uma diferença média não significativa entre os dois momentos de avaliação, corroborando a primeira hipótese definida para o estudo. O mesmo acontece com a dimensão simbolização da identidade moral, que apresenta uma correlação significativa entre os dois momentos de avaliação, indicando uma consistente expressão desta dimensão ao longo do tempo. Este resultado vai ao encontro da literatura científica que defende que a identidade moral é relativamente estável em diversas situações (Blasi, 2004; Colby & Damon, 1992). Além disso, ainda que a identidade moral seja construída e desenvolvida ao longo do tempo e “momento a momento”, esta pode ser bastante estável e pode ser mais ou menos atividade em situações particulares (Aquino et al., 2009; Stets & Carter, 2011).

Relativamente ao julgamento ético, a segunda hipótese não foi confirmada, pelo que, contrariamente ao que era esperado, não foram reveladas diferenças estatisticamente significativas face ao julgamento ético nos diferentes contextos, nomeadamente, contexto organizacional e individual. De facto, transponível a todos os contextos, o julgamento ético é definido como a decisão sobre qual a coisa certa a fazer (Treviño & Nelson, 2011), tendo por base os aspetos cognitivos do processo de tomada de decisão. Segundo Rest (1986), a tomada de decisão ética resulta de um conjunto de quatro passos que devem ser cumpridos,

nomeadamente, a) reconhecimento do dilema ético; b) formulação do julgamento; c) definição da intenção; e por último, d) o desenrolar da ação/comportamento. Este modelo não tem em conta a influência de fatores cognitivos, motivacionais e contextuais. Ao invés do contexto, a definição de uma decisão ética ou não ética pode ter por base uma maior ou menor perceção da aceitabilidade social dessa decisão. Ou seja, o indivíduo tem tendência a tomar uma decisão ética quanto menor for a quantidade de pessoas afetadas pelas consequências negativas que poderão advir da sua tomada de decisão e quanto mais longe no tempo estas possam ocorrer (Silva, 2010). Por outro lado, o julgamento ético poderá estar intrinsecamente associado à identidade moral que, como referido anteriormente, torna-se relativamente estável em diversas situações (Blasi, 2004; Colby & Damon, 1992), sendo evidenciados os esquemas cognitivos.

Por fim, ainda que de forma global, idades mais jovens ( $\leq 35$  anos) apresentem médias mais elevadas face ao julgamento ético, estatisticamente, não existem quaisquer diferenças significativas em função da idade. Contrariamente aos resultados encontrados, estudos têm evidenciado que os adultos mais velhos eram mais deontológicos do que os adultos mais jovens (McNair et al, 2019). É de notar que a relação entre idade e fazer julgamentos morais mais deontológicos é parcialmente explicada por adultos mais velhos exibindo reações afetivas significativamente mais negativas e tendo mais crenças moralmente idealistas em comparação com adultos mais jovens (McNair et al, 2019).

Para os investigadores, adultos mais velhos exibirem julgamentos mais deontológicos podem ser explicados por vários fatores, tais como falta de motivação para deliberar (medido como necessidade de cognição (Cacioppo et al., 1983)) ou podem ainda exibir crenças mais moralmente idealistas, refletindo uma maior preocupação com os princípios deontológicos (Rawwas & Singhapakdi, 1998).

## Estudo 2

### 4.1. Objetivos e Hipóteses

Este segundo estudo empírico pretende responder às seguintes questões: (1) O julgamento ético é influenciado pelo nível de consciência que o indivíduo tem de si próprio e independente da identidade moral do mesmo? (2) A identidade moral é influenciada pela idade? Assim, propõe-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** O julgamento ético é afetado pela autoconsciência do indivíduo e independente da identidade moral.

**Hipótese 2:** A idade influencia a identidade moral.

### 4.2. Método

#### 4.2.1. Procedimento

Para manipulação da autoconsciência, foi desenvolvido um estudo em contexto experimental.

Em primeiro lugar, todos os participantes responderam à escala de Identidade Moral. Posteriormente, para manipulação da autoconsciência, os participantes (n=65) foram alertados ao longo do estudo para manter a sua atenção naquilo que pensavam, sentiam e faziam (Kreibich et al., 2020), pois seriam questionados sobre a sua experiência no fim, ao mesmo tempo que tomavam decisões acerca de cenários eticamente dúbios. Os cenários apresentados (adaptados de Detert et al., 2008) podem ser encontrados no anexo C.

Aos participantes incluídos no grupo de controlo (n=52) foi apenas solicitado que face aos cenários apresentado tomassem a decisão que mais se aproximasse da que tomariam em contexto real.

Mediante cada condição experimental, os participantes foram alvo de verificação da manipulação e no final da recolha de dados foi realizado o *debriefing*.

A amostra foi recolhida entre os meses de abril e agosto de 2020. Os dados deste estudo foram recolhidos através de um questionário construído através da ferramenta Qualtrics, e partilhado via eletrónica, obtendo-se assim uma amostra por conveniência usando o método “bola de neve”. À semelhança do questionário do estudo anterior, previamente ao preenchimento do questionário, foi apresentado aos participantes o consentimento informado que descrevia de forma breve o objetivo do mesmo e referia o carácter anónimo e confidencial de todos os dados recolhidos, bem como o facto de a participação no estudo ser completamente voluntária.

#### 4.2.2. Participantes

A amostra é constituída por um total de 117 participantes, sendo que 58,4% são do sexo feminino. Os participantes apresentam uma média de idades de 31 anos ( $M=31.38$ ;  $DP=10.38$ ) compreendida entre os 18 anos e 63 anos. Relativamente às habilitações literárias, a maioria dos participantes possui uma licenciatura (50,4%) e 30,8% da amostra tem o mestrado. Por último, 18,8% da amostra possui escolaridade até ao ensino obrigatório.

#### 4.2.3. Instrumentos e Medidas

*Identidade Moral* (variável controlo):

À semelhança do Estudo 1, para avaliar este constructo recorreu-se à Escala de Identidade Moral desenvolvida por Aquino e Reed (2002). Primeiramente, os participantes leem um conjunto de nove características individuais, como “Carinhoso(a)”, “Sensível”, “Justo(a)” e avaliam em que medida concordam com um conjunto de afirmações através de uma escala de Likert de 7 pontos (1 = Discordo Totalmente a 5 = Concordo Totalmente). A medida é composta por 10 itens ( $\alpha=.71$ ), sendo que 5 itens correspondem à dimensão da Internalização, com questões como “Sentir-me-ia bem se fosse uma pessoa com estas características.” e os restantes 5 itens integram a dimensão da Simbolização (e.g., “Geralmente uso roupas que me identificam como tendo estas características”).

*Autoconsciência* (variável independente):

Como já referido, metade dos participantes foram manipulados com o objetivo de aumentarem a consciência de si próprios. Para tal, recorreu-se à subescala de *Self-Reflection* da *Self-Reflection and Insight Scale* (Grant, Franklin & Langford, 2002), adaptada por Kreibich, et al., (2020). Os participantes receberam como instrução principal “Enquanto faz a tarefa, foque a sua atenção naquilo que pensa, sente e faz. Que aspetos da tarefa considera difíceis e que aspetos considera fáceis? O que lhe passa pela cabeça enquanto completa a tarefa. Iremos perguntar-lhe sobre a sua experiência depois de completar a tarefa. Por favor, mantenha-se atento(a) a estes aspetos.”. Além disso, foram lembrados para estarem autoconscientes antes da apresentação de cada cenário, através da seguinte afirmação “Por favor, não se esqueça de focar a atenção em si enquanto completa a tarefa.”.

A verificação da manipulação foi medida através da *Situational Self-Awareness Scale* (Govern & Marsch, 2001). Esta escala é composta por nove itens ( $\alpha=.74$ ), com uma escala de resposta do tipo Likert de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente) (e.g., “Neste momento, estou bem consciente de tudo aquilo que se passa à minha volta” ;).



*Julgamento ético* (variável dependente):

Para operacionalizar esta variável utilizou-se a Escala de Tomada de Decisão Antiética de Detert et al. (2008). Todos os participantes responderam à questão “Quão provável seria você ter este comportamento?”. Cada cenário foi avaliado numa escala tipo de Likert de 7 pontos (1=Altamente improvável e 7=Altamente provável).

### 4.3. Resultados

#### 4.3.1. Estatística Descritiva

No quadro 4.3.1., são apresentados os resultados de estatística descritiva das dimensões de identidade moral, autoconsciência e julgamento ético por grupo controlo/manipulação.

**Quadro - 4.3.1. Médias, desvios-padrão, amplitudes e teste T para amostras independentes**

Dimensões	Controlo (n=52)			Manipulação (n=65)			<i>t</i>
	M	DP	Amplitude	M	DP	Amplitude	<i>p</i>
Identidade Moral	5.14	0.598	3.90 - 6.50	5.28	0.710	2.90 - 6.70	0.273
Autoconsciência	4.83	0.812	2.89 - 6.33	5.23	0.649	3.78 - 6.67	0.004**
Julgamento ético	4.41	1.350	1.25- 6.75	4.62	1.329	1.75 - 7.00	0.400

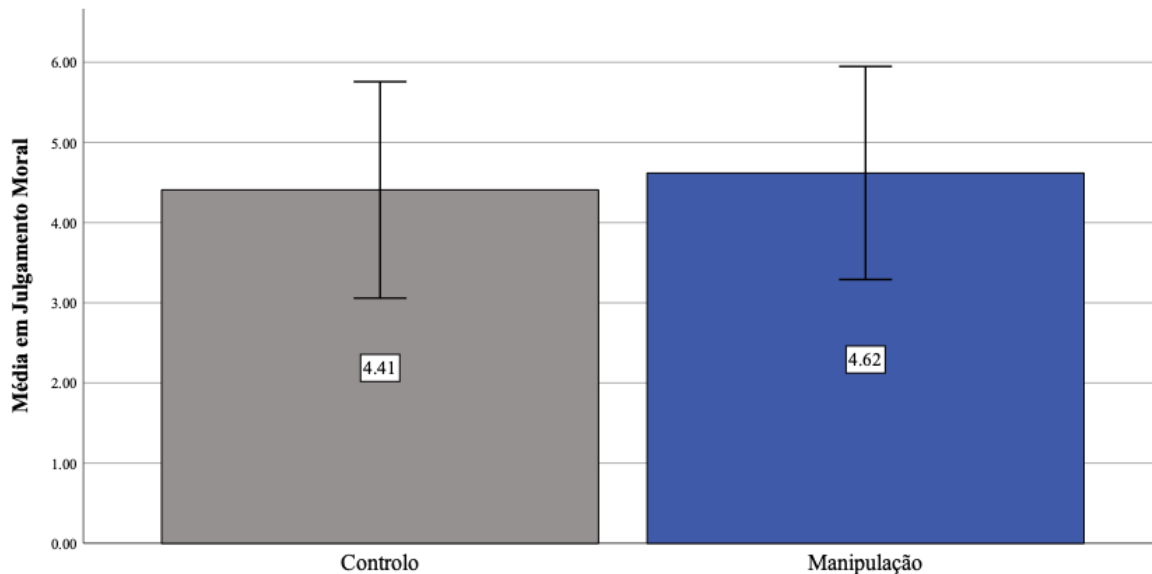
*Nota:* \*\* significativo para  $p < 0.01$

Através da leitura do quadro 4.3.1. observa-se que os participantes do grupo controlo apresentam uma média em identidade moral de 5.14 ( $DP=0.598$ ) e os do grupo manipulação de 5.28 ( $DP=0.710$ ). A diferença média apresentada de 0.136, não se revela estatisticamente significativa, não havendo evidências de que a manipulação da autoconsciência influencia a identidade moral ( $T(115) = -1.101$ ;  $p=0.273$ ;  $d=-0.211$ ).

No que se refere à autoconsciência, observa-se que os participantes do grupo controlo apresentam uma média de 4.83 ( $DP=0.812$ ) e os do grupo manipulação de 5.23 ( $DP=0.649$ ). A diferença de médias apresentada é de 0.394, a qual se revela estatisticamente significativa, havendo evidências de que a manipulação influencia a autoconsciência, sendo este superior no grupo de manipulação ( $T(115) = -2.922$ ;  $p=0.004$ ;  $d=-0.544$ ). Deste modo, os indivíduos manipulados estavam mais conscientes de si próprios do que o grupo de controlo.

Relativamente ao julgamento ético, observa-se que os participantes do grupo controlo apresentam uma média de 4.41 ( $DP=1.350$ ) e os do grupo manipulação de 4.62 ( $DP=1.329$ ). A diferença apresentada de 0.214, não se revela estatisticamente significativa, não havendo evidências de que o julgamento ético depende da autoconsciência do indivíduo ( $T(115) = -0.846$ ;  $p=0.400$ ;  $d=-0.157$ ). Assim, a hipótese 1 não foi confirmada.

**Gráfico - 4.3.1.** Média e desvio-padrão do julgamento ético por grupo controlo/manipulação.



#### 4.3.2. Análise da Identidade Moral por Escalões Etários

No quadro 4.3.2. são apresentados os resultados de estatística descritiva da identidade moral por escalão etário. Na medida em que o escalão etário > 55 anos é composto somente por 2 participantes, não são apresentadas as estatísticas descritivas, nem este grupo etário é considerado na análise.

**Quadro - 4.3.2.** Médias, desvios-padrão e teste de One-Way ANOVA

Dimensões	Escalão etário	n	M ± DP	F p
Identidade Moral	≤ 35 anos	80	5.22 ± 0.691	0.980
	36-45 anos	22	5.21 ± 0.677	
	46-55 anos	13	5.18 ± 0.510	
	> 55 anos	2	—	

Da leitura do Quadro 4.3.2. observa-se que os participantes que apresentam a média mais elevada de identidade moral são os do escalão etário  $\leq 35$  anos, com uma média de 5.22 ( $DP=0.691$ ), a par com os dos 36-45 anos, com 5.21 ( $DP=0.677$ ). Os participantes que apresentam a menor média são os mais velhos, com idades entre os 46-55 anos, com 5.18 ( $DP=0.510$ ). As diferenças observadas entre os grupos etários, não se revelam estatisticamente significativa, não havendo evidências de que a identidade moral dependa da idade ( $F(2, 112)=0.021, p=0.980, \eta^2_p=0.000$ ), pelo que não se confirma a hipótese 2.

#### **4.4. Discussão**

O presente estudo teve como principal objetivo entender se a autoconsciência que cada indivíduo tem de si, influencia o julgamento ético, independentemente da sua identidade moral.

Comparativamente com o grupo de controlo, os resultados demonstram que o grupo de manipulação experimental apresenta maiores valores de autoconsciência, revelando que os indivíduos manipulados estavam mais conscientes de si próprios do que o grupo de controlo. Pelo contrário, não existe qualquer influência da manipulação no que concerne à identidade moral e ao julgamento ético, isto é, não se verificou diferenças na tomada de decisão ética entre os dois grupos. Porém, o aumento da autoconsciência objetiva parece sensibilizar as pessoas para possíveis inconsistências entre o seu comportamento e os padrões apropriados numa determinada situação.

Como definição, a capacidade de estar autoconsciente possibilita aos indivíduos concentrar-se nas suas emoções, pensamentos, características de personalidade, preferências, metas, ações, percepções, sensações, intenções próprias (Fenigstein, 1987). Contudo, os resultados não terem ido ao encontro do que era esperado pode ser explicado por não existir evidência clara de que o estado de autoconsciência potencia a sensibilidade para as questões morais. Por outro lado, a tomada de decisão ética, frequentemente, não é feita de forma consciente.

Os indivíduos autoconscientes aquando do processo de procura de objetivos, parecem mais capazes de estabelecer comparações entre estados tidos como ideais com estados momentâneos e realistas, intensificando a sua atenção direcionada para a tarefa, e esse aspeto foi evidenciado de forma empírica (Carver & Scheier, 1998).

Por fim, os resultados deste estudo demonstram, à semelhança do estudo anterior, que não existem diferenças significativas no que concerne à identidade moral face aos escalões etários. Na verdade, a identidade moral emerge num determinado momento e amadurece à medida que os indivíduos crescem. Assume-se normalmente que as identidades morais são formadas no período da adolescência e se consolidam na idade adulta (Krettenauer & Hertz, 2015), pelo que a identidade moral e o julgamento ético podem tornar-se mais preditivos do comportamento real na idade adulta (Hertz & Krettenauer, 2016).

## Conclusões Finais

### 5.1. Conclusão e Implicações Teóricas e Práticas

O presente trabalho indicou que não existe uma relação significativa entre o julgamento ético nos diferentes contextos e que não existem diferenças quando se está a falar de indivíduos mais ou menos conscientes de si próprios. Contudo, o primeiro estudo mostra que os contextos organizacional e individual são analisados de forma diferente pelos participantes. Isto parece reforçar estudos anteriores, na medida que determinadas características de uma situação podem evocar estruturas de conhecimento diferentes, fazendo com que o indivíduo examine o contexto de forma distinta.

Além disso, foi possível perceber que a idade não influencia a identidade moral, nem os julgamentos éticos entre os contextos organizacional e individual.

Relativamente a implicações teóricas, o primeiro estudo teve como principal objetivo perceber se o julgamento ético é independente da identidade moral e se dependia, apenas, do contexto em que o indivíduo se encontra. Como já mencionado, os resultados obtidos não foram os esperados, sugerindo que a identidade moral, além do contexto, tem um papel ativo no julgamento ético dos indivíduos. Por outro lado, o primeiro estudo mostra ainda que os dois cenários apresentados são reconhecidos e analisados de forma diferente pelos participantes. Esta pequena evidência permite-nos manter a discussão e investigação acerca do papel do contexto na tomada de decisão ética e como as situações são percebidas pelo indivíduo. O segundo estudo pretendeu explorar um tema pouco desenvolvido cientificamente e contribuir, ainda de forma modesta, para a literatura acerca da autoconsciência como característica individual e a sua influência no processo de tomada de decisão ética. Os resultados não foram os esperados que poderão ser explicados pelos mecanismos psicológicos que enviesam as decisões éticas de forma inconsciente, isto é, a ética limitada.

A nível prático, este segundo estudo vem destacar a importância de as organizações implementarem planos de formação sobre enviesamento inconsciente, de forma que os colaboradores possam estar mais sensibilizados para estes processos aquando de tomadas de decisões éticas no trabalho. O segundo estudo, ao salientar o papel ativo da identidade moral, abre discussão acerca das práticas de gestão de pessoas, nomeadamente no recrutamento e seleção, sobre os benefícios de selecionar colaboradores de índole moral para a organização. Relativamente à influência do contexto, formação sobre o processo de tomada de decisão em

diferentes contextos permite aos decisores identificarem possíveis conflitos de interesse e tomarem decisões mais conscientes e éticas.

## **5.2. Limitações dos Estudos e Investigações Futuras**

Os estudos desenvolvidos apresentam algumas limitações que merecem especial atenção. É de notar que apenas foi analisado um pequeno número de fatores situacionais específicos. De facto, os autoesquemas morais podem ser ativados por um conjunto complexo de fatores situacionais, que não estavam refletidos nos cenários propostos. Adicionalmente, é de salientar que, em ambos os estudos, os participantes foram incentivados a tomar decisões, podendo haver um impulso para a metacognição ao invés de uma decisão baseado no comportamento real. Por outras palavras, poderá estar refletida a tendência de responder de forma consciente ao que seria moralmente esperado e não de acordo como realmente reagiria numa situação real. Desta forma, estudos futuros devem ser capazes de controlar esta variável, quer recorrendo a instrumentos de, por exemplo, desejabilidade social, assim como recorrendo a estratégias de observação comportamental em situações mais realistas, com manipulação de tarefas que impulsionem a autoconsciência.

Nesta linha, estudos futuros devem atender ao contexto de desenvolvimento das investigações. Note-se que grande parte dos estudos são realizados com recurso a amostras de estudantes ou recorrendo a cenários fictícios. Realizado em contexto organizacional, os estudos podem ser capazes de captar fatores organizacionais (como o clima ético) que têm influência na identidade moral e nas tomadas de decisão. Além disso, em contexto organizacional, existe uma variedade de situações moralmente ambíguas que são vivenciadas pelos colaboradores, sendo pertinente compreender a relação entre fatores organizacionais e as variáveis até agora discutidas. Adicionalmente, como referido por Jennings et al. (2015), precisam de ser desenvolvidas mais pesquisas alinhadas com as implicações da identidade moral para o benefício das organizações além dos resultados éticos. Por último, sabemos relativamente pouco sobre os efeitos, quer da identidade moral, quer da autoconsciência, em processos coletivos ou resultados de trabalho (por exemplo, desempenho e envolvimento grupal; clima organizacional).

Nos dois estudos deste trabalho, assim como em investigações recentes, utiliza-se frequentemente a Escala de Identidade Moral desenvolvida por Aquino e Reed (2002), baseado no modelo socio cognitivo. Contudo, este instrumento não avalia um aspeto essencial da identidade moral, segundo Black e Reynolds (2016) – a importância de agir de acordo com os

princípios morais, isto é, a integridade. Neste sentido, os mesmos investigadores desenvolveram o Questionário da Identidade Moral que engloba a integridade e a importância da moralidade para a própria identidade. Assim, é importante a utilização de outra medida para a identidade moral para verificar se os resultados obtidos se mantêm.

Ainda a nível metodológico e no seguimento da medida para a Identidade Moral, o facto da subdimensão internalização ter uma consistência moderada no estudo 1 é uma limitação, não permitindo a utilização da escala na sua totalidade.

Em investigações futuras, sugere-se que se avalie o papel da consciência moral, isto é, a perceção de que os indivíduos têm de que as suas decisões irão afetar os interesses ou bem-estar dos outros e de si mesmo (Reynolds, 2006), pois importa entender se os indivíduos estão conscientes do seu eu moral e em que medida esses resultados diferenciam do estudo 2 do presente trabalho.

Por último, no comportamento ético organizacional, o interesse pela identidade moral e autoconsciência como uma forma de compreender melhor o comportamento ético no local de trabalho tem sido crescente. Para continuar a avançar na pesquisa sobre estas características e as suas implicações para as organizações, as pesquisas futuras precisam adotar uma abordagem mais orientada para o processo, com foco específico nos contextos organizacionais e de trabalho.

## Referências

- Aquino, K., Freeman D. (2012). Moral identity in business situations: a social-cognitive framework for understanding moral functioning. In *Moral Personality, Identity, and Character*, ed. D Narvaez, DK Lapsley, pp. 375–95. Cambridge Univ. Press
- Aquino, K., Freeman. D., Reed, A., Felps, W., & Lim, V. K. G. (2009). Testing a social-cognitive model of moral behavior: The interactive influence of situations and moral identity centrality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 123-141. <https://doi.org/10.1037/a0015406>
- Aquino, K., McFerran B., & Laven M. (2011). Moral identity and the experience of moral elevation in response to acts of uncommon goodness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(4), 703–718. <https://doi.org/10.1037/a0022540>
- Aquino, K., & Reed, II, A. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 1423–1440. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.83.6.1423>
- Aquino, K., Reed, A. II, Stewart, M., & Shapiro, D. (2005). Self-regulatory identity theory and reactions toward fairness enhancing organizational policies. In S. W. Gilliland, D. D. Steiner, D. P. Skarlicki, & K. Van den Bos (Eds.), *What motivates fairness in organizations? Research in social issues in management* (pp. 129–148). Information Age Publishing.
- Aquino, K., Reed II, A., Thau, S. & Freeman, D. (2007). A grotesque and dark beauty: How moral identity and mechanisms of moral disengagement influence cognitive and emotional reactions to war. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43(3), 385-392. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2006.05.013>
- Bazerman, M. H. & Sezer, O. (2016). Bounded awareness: Implications for ethical decision making. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 136, 95–105. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.11.004>
- Black, J. E., & Reynolds, W. M. (2016). Development, reliability, and validity of the Moral Identity Questionnaire. *Personality and Individual Differences*, 97, 120-129. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.03.041>
- Blasi, A. (1983). Moral cognition and moral action: A theoretical perspective. *Developmental Review*, 3(2), 178–210. [https://doi.org/10.1016/0273-2297\(83\)90029-1](https://doi.org/10.1016/0273-2297(83)90029-1)
- Blasi, A. (1984). Moral identity: Its role in moral functioning. In W.M. Kurtines & J.J. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior and moral development* (pp. 128–139). John Wiley and Sons.



- Blasi, A. (2004). Moral functioning: Moral understanding and personality. In D. K. Lapsley & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity* (pp. 335–348). Erlbaum.
- Blasi, A. (2005). Moral character: A psychological approach. In D.K. Lapsley & F.C. Power (Eds.), *Character psychology and character education* (pp. 67–100). University of Notre Dame Press.
- Boegershausen, J., Aquino, K., & Reed II, A. (2015). Moral identity. *Current Opinion in Psychology*, 6, 162-166. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.07.017>
- Bosma, H. A., & Kunnen, E. S. (2001). Determinants and mechanisms in ego identity development: A review and synthesis. *Developmental review*, 21(1), 39-66. <https://doi.org/10.1006/drev.2000.0514>
- Boyatzis, R. E., Boyatzis, R., & McKee, A. (2005). *Resonant leadership: Renewing yourself and connecting with others through mindfulness, hope and compassion*. Harvard Business Press.
- Burwell, R. A., & Shirk, S. R. (2007). Subtypes of rumination in adolescence: Associations between brooding, reflection, depressive symptoms, and coping. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 36, 56–65. <https://doi.org/10.1080/15374410709336568>
- Buss, A. H. (1980). *Self-Consciousness and Social Anxiety*. Freeman.
- Buss, D. M., & Scheier, M. F. (1976). Self-consciousness, self-awareness and self-attribution. *Journal of Research in Personality*, 10(4), 463-468. [https://doi.org/10.1016/0092-6566\(76\)90060-X](https://doi.org/10.1016/0092-6566(76)90060-X)
- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., & Morris, K. J. (1983). Effects of need for cognition on message evaluation, recall, and persuasion. *Journal of personality and social psychology*, 45(4), 805. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.45.4.805>
- Caldwell, C. A., & Millen, A. E. (2009). Social Learning Mechanisms and Cumulative Cultural Evolution: Is Imitation Necessary?. *Psychological Science*, 20(12), 1478–1483. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02469.x>
- Carver, C. S., & Glass, D. C. (1976). The self-consciousness scale: A discriminant validity study. *Journal of Personality Assessment*, 40, 169–172. [https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4002\\_8](https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4002_8)
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (1998). *On the self-regulation of behavior*. Cambridge University Press.

- Chen, S., Duckworth, K., & Chaiken, S. (1999). Motivated heuristic and systematic processing. *Psychological Inquiry*, 10(1), 44–49. [https://doi.org/10.1207/s15327965pli1001\\_6](https://doi.org/10.1207/s15327965pli1001_6)
- Chugh, D., & Bazerman, M. (2007). Bounded awareness: what you fail to see can hurt you. *Mind & Society*, 6(1), 1–18. <https://doi.org/10.1007/s11299-006-0020-4>
- Chugh, D., Bazerman, M., & Banaji, M. (2005). Bounded ethicality as a psychological barrier to recognizing conflicts of interest. In D. Moore, D. Cain, G. Loewenstein, & M. Bazerman (Eds.), *Conflict of interest: Challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy* (pp. 74–95). Cambridge University Press
- Colby, A. (2002). Moral understanding, motivation and identity. *Human Development*, 45(2), 130-135.
- Colby, A., & Damon, W. (1992). *Some do care: Contemporary lives of moral commitment*. Free Press.
- Connolly, T., Ordóñez, L., & Barker, S. (2013). Judgment and decision making. In N. W. Schmitt, S. Highhouse, & I. B. Weiner (Eds.), *Handbook of psychology: Industrial and organizational psychology* (pp. 493–522). John Wiley & Sons, Inc.
- Damon, W. (1984). *Self-understanding and moral development from childhood to adolescence*. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior and moral development* (pp. 109-127). Willey.
- Damon, W., & Gregory, A. (1997). The youth character: Towards the formation of adolescent moral identity. *Journal of Moral Education*, 26, 117–30.
- Davidson, P., & Youniss, J. (1991). Which comes first, morality or identity? In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development*: 105–21. Lawrence Erlbaum Associates.
- DeCelles KA, DeRue DS, Margolis JD, Ceranic TL. (2012). Does power corrupt or enable? When and why power facilitates self-interested behavior. *Journal of Applied Psychology*. 97(3), 681-689. <https://doi.org/10.1037/a0026811>
- Detert, J. R., Treviño, L. K., & Sweitzer, V. L. (2008). Moral disengagement in ethical decision making: a study of antecedents and outcomes. *Journal of applied psychology*, 93(2), 374-391. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.93.2.374>
- Dhami, S., & Al-Nowaihi, A. (2007). Why do people pay taxes? Prospect theory versus expected utility theory. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 64(1), 171-192. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2006.08.006>

- Donovan, S. J., Güss, C. D., & Naslund, D. (2015). Improving dynamic decision making through training and self-reflection. *Judgment and Decision making*, *10*, 284–295.
- Duval, S., & Wicklund, R. A. (1972). *A Theory of Objective Self Awareness*. Academic Press
- Epley, N. & Caruso, E. M. (2004). Egocentric Ethics. *Social Justice Research*, *17*(2), 171–87. <https://doi.org/10.1023/b:sore.0000027408.72713.45>
- Erikson, E. H. (1964). *Insight and responsibility*. Norton
- Fenigstein, A. (1987). On the nature of public and private self-consciousness. *Journal of Personality*, *55*(3), 543–554.
- Fenigstein, A., Scheier, M. F., & Buss, A. H. (1975). Public and private self-consciousness: Assessment and theory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *36*, 1241–1250.
- Forehand, M., Deshpande, R., & Reed, A., II. (2002). Identity salience and the influence of differential activation of the social self-schema on advertising response. *Journal of Applied Psychology*, *87*(6), 1086–1099. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.87.6.1086>.
- Goleman, D. (2006). The sociality intelligent. *Educational leadership*, *64*(1), 76–81.
- Gonzalez, C., Dana, J., Koshino, H., & Just, M. (2005). The framing effect and risky decisions: Examining cognitive functions with fMRI. *Journal of Economic Psychology*, *26*(1), 1–20. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2004.08.004>
- Govern, J. M., & Marsch, L. A. (2001). Development and validation of the situational self-awareness scale. *Consciousness and cognition*, *10*(3), 366–378.
- Grant, A. M., Franklin, J., & Langford, P. (2002). The Self-Reflection and Insight Scale: A new measure of private self-consciousness. *Social Behavior and Personality*, *30*, 821–836.
- Hardy, S.A., & Carlo, G. (2011). Moral identity: What is it, how does it develop, and is it linked to moral action? *Child Development Perspectives*, *5*, 212–218. <https://doi.org/10.1111/j.1750-8606.2011.00189.x>
- Hart, D. (2005). The development of moral identity. In G. Carlo & C. P. Edwards (Eds.), *Nebraska symposium on motivation: Moral development through the lifespan: Theory, research, and application* (Vol. 51, pp. 165–196). University of Nebraska Press.
- Hart, D., Atkins, R., & Ford, D. (1998). Urban America as a context for the development of moral identity in adolescence. *Journal of Social Issues*, *54*(3), 513–530. <https://doi.org/1111/0022-4537.801998080>
- Hart, D., Atkins, R., & Ford, D. (1999). Family influences on the formation of moral identity in adolescence: Longitudinal analyses. *Journal of Moral Education*, *28* (3): 375–86.

- Hart, D., Atkins, R., Markey, P., & Youniss, J. (2004). Youth bulges in communities: The effects of age structure on adolescent civic knowledge and civic participation. *Psychological Science, 15*, 591–597.
- Helwig, C. C., & Turiel, E. (2017). The psychology of children's rights. In M. D. Ruck, Peterson-Badali, M., & Freeman, M. (Eds.), *Handbook of children's rights: Global and multidisciplinary perspectives* (pp. 132-148). Routledge.
- Hertz, S. G., & Krettenauer, T. (2016). Does moral identity effectively predict moral behavior? A meta-analysis. *Review of General Psychology, 20*(2), 129–140. <https://doi.org/10.1037/gpr0000062>
- Huhtala, M., & Kunnen, E. S. (2019). Moral Conflicts as a Motor of Moral Identity Development at Work: Self-Awareness and Micro Processes in Weekly Experiences. *Identity, 19*(4), 258-276. <https://doi.org/10.1080/15283488.2019.1670183>
- Jennings, P. L., Mitchell, M. S., & Hannah, S. T. (2015). The moral self: A review and integration of the literature. *Journal of Organizational Behavior, 36*, S104–S168. <https://doi.org/10.1002/job.v36.S1>
- Kahneman, D. (2003). A perspective on judgment and choice: mapping bounded rationality. *American psychologist, 58*(9), 697.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica, 47*(2), 263-291.
- Keller, M. 1996. *Moral sensibility: Development in friendship and family*. Psychologie-Verlags Union.
- Keller, M., & Edelstein, W. (1993). The development of the moral self from childhood to adolescence. In G. G. Noam & T. E. Wren, in cooperation with G. Nunner-Winkler & W. Edelstein (Eds.), *The moral self*: 310–36. MIT Press.
- Keller, M., Fang, F. X., Fang, G., Edelstein, W., Cecora, L., & Eckert, U. (2004). Self in relationship. In D. K. Lapsley & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity*: 267–98. Lawrence Erlbaum Associates.
- Kern, M. C. & Chugh, D. (2008). Bounded Ethicality. *Psychological Science, 20*(3), 378–384. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02296.x>
- Kircher, T., & David, A. S. (2003). Self consciousness: An integrative approach from philosophy, psychopathology and the neurosciences. In T. Kircher & A. S. David (Eds.), *The Self in Neuroscience and Psychiatry* (pp. 445–474). Cambridge University Press.

- Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialization. In D. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 347–480). Rand McNally.
- Kreibich, A., Hennecke, M., & Brandstätter, V. (2020). The Effect of Self-Awareness on the Identification of Goal-Related Obstacles. *European Journal of Personality*, 34(2), 215-233. <https://doi.org/10.1002/per.2234>
- Krettenauer, T., & Hertz, S. (2015). What develops in moral identities? A critical review. *Human Development*, 58(3), 137-153. <https://doi.org/10.1159/000433502>
- Kvalnes, Ø., & Øverenget, E. (2012). Ethical navigation in leadership training. *Etikk i praksis-Nordic Journal of Applied Ethics*, (1), 58-71. <https://doi.org/10.5324/eip.v6i1.1778>
- Lotto, L., Manfrinati, A., & Sarlo, M. (2014). A new set of moral dilemmas: Norms for moral acceptability, decision times, and emotional salience. *Journal of Behavioral Decision Making*, 27(1), 57-65. <https://doi.org/10.1002/bdm.1782>
- Matherne III, C. F. & Litchfield, S. R. (2012). Investigating the relationship between affective commitment and unethical pro-organizational behaviors: The role of moral identity. *Journal of Leadership, Accountability and Ethics*, 9(5), 35-56.
- McNair, S., Okan, Y., Hadjichristidis, C., & de Bruin, W. B. (2019). Age differences in moral judgment: Older adults are more deontological than younger adults. *Journal of Behavioral Decision Making*, 32(1), 47-60. <https://doi.org/10.1002/bdm.2086>
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and Society*. University of Chicago Press.
- Miranda, M. M. (2013). *Efeitos do Processamento Sociocognitivo na Tomada de Decisão Ética* (Dissertação de Mestrado não publicada). Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Morin, A., Uttl, B., & Hamper, B. (2011). Self-reported frequency, content, and functions of inner speech. *Procedia—Social and behavioral Sciences*. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.10.331>
- Moshavi, D., Browns, F. W., & Dodd, N. G. (2003). Leader self-awareness and its relationship to subordinate attitudes and performance. *Leadership & Organization Development Journal*, 24(7), 407-418.
- Moshman, D. (1999). *Adolescent psychological development: Rationality, morality, and identity*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Moshman, D. (2004). False moral identity: Self-serving denial in the maintenance of moral self-conceptions. In D. K. Lapsley & D. Narvaez (Eds.), *Moral development, self, and identity*: 83–109. Erlbaum.

- Nasir, N. S., & Kirshner, B. (2003). The cultural construction of moral and civic identities. *Applied Developmental Science*, 7 (3), 138–47. [https://doi.org/10.1207/S1532480XADS0703\\_4](https://doi.org/10.1207/S1532480XADS0703_4)
- O'Reilly J, Aquino K. (2011). A model of third parties' morally motivated responses to mistreatment in organizations. *Academy of Management Review*. 36, 526-543. <https://doi.org/10.5465/amr.2009.0311>
- Pratt, M. W., Hunsberger, B., Pancer, S. M., & Alisat, S. (2003). A longitudinal analysis of personal value socialization: Correlates of moral self-ideal in adolescence. *Social Development*, 12, 563–85.
- Rawwas, M. Y., & Singhapakdi, A. (1998). Do consumers' ethical beliefs vary with age? A substantiation of Kohlberg's typology in marketing. *Journal of Marketing Theory and Practice*, 6(2), 26-38.
- Reed A, Aquino K, Levy E. (2007). Moral identity and judgments of charitable behaviors. *Journal of Marketing*. 71,178-193. <https://doi.org/10.1509/jmkg.71.1.178>
- Rest, J. (1986). *Moral development: Advances in Research and Theory*. Praeger.
- Reynolds, S. J. (2006). Moral awareness and ethical predispositions: Investigating the role of individual differences in the recognition of moral issues. *Journal of Applied Psychology*, 91(1), 233–243. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.1.233>
- Reynolds, S. J., & Ceranic, T. L. (2007). The effects of moral judgment and moral identity on moral behavior: an empirical examination of the moral individual. *Journal of applied psychology*, 92(6), 1610. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.6.1610>
- Ross, L., & Nisbett, R. E. (2011). *The person and the situation: Perspectives of social psychology*. Pinter & Martin Publishers.
- Shao, R., Aquino, K., & Freeman, D. (2008). Beyond moral reasoning: A review of moral identity research and its implications for business ethics. *Business Ethics Quarterly*, 18(4), 513–540. <https://doi.org/10.5840/beq200818436>
- Shivers-Blackwell, S. (2006). The influence of perceptions of organizational structure & culture on leadership role requirements: The moderating impact of locus of control & self-monitoring. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 12(4), 27-49.
- Silva, V. H. (2009). *Sociocognitive processes in ethical decision making* (Dissertação de Doutoramento). Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Simões, E. (2020). Processos de tomada de decisão. Em A. Caetano, J. G. Neves & J. M. C. Ferreira (Eds), *Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações* (pp. 381 – 411). Edições Sílabo

- Simon, H. A. (1989). *A Razão nas Coisas Humanas*. Gradiva – Publicações, Lda.
- Simon, H. A. (1997). *Administrative behavior: A study of decision-making processes in administrative organizations*. (4a Ed.). The Free Press.
- Skoe, E. E., Pratt, M. V., Matthews, M., & Curror, S. E. (1996). The ethic of care: Stability over time, gender differences, and correlates in mid-to late adulthood. *Psychology and aging*, 11(2), 280.
- Smetana, J. G., Jambon, M., & Ball, C. L. (2018). Normative changes and individual differences in early moral judgments: A constructivist developmental perspective. *Human Development*, 61(4-5), 264-280. <https://doi.org/10.1159/000492803>
- Stets, J. E., & Burke, P. J. (2000). Identity theory and social identity theory. *Social psychology quarterly*, 224-237.
- Stets, J. E., & Carter, M. J. (2011). The moral self: Applying identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 74(2), 192-215. <https://doi.org/10.1177/0190272511407621>
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup conflict. Em W.G. Austin & S. Worchel. (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7 -24). Nelson-Hall.
- Tappan, M. B. (1999). Authoring a moral self: A dialogical perspective. *Journal of Constructivist Psychology*, 12, 117-131.
- Treviño, L. K., Den Nieuwenboer, N. A., & Kish-Gephart, J. J. (2014). (Un) ethical behavior in organizations. *Annual review of psychology*, 65, 635-660. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143745>
- Treviño, L. K., & Nelson, K. A. (2011). *Managing business ethics: Strait talk about how to do it right* (5th ed.). Wiley.
- Turiel, E. & Gingo, M. (2017). Development in the moral domain: Coordination and the need to consider other domains of social reasoning. In N. Budwig, E. Turiel, & P. Zelazo (Eds.), *New Perspectives on Human Development* (pp. 209-228). Cambridge University Press.
- Turner, J. C. & Oakes, P. J. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interacionism, and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25, 237–252.
- Walker, L., Hennig, K., & Krettenauer, T. (2000). Parent and peer contexts for children's moral reasoning development. *Child Development*, 71, 1033-1048.

- Weaver, G. R. (2006). Virtue in organizations: Moral identity as a foundation for moral agency. *Organization Studies*, 27, 341–368.
- Youniss, J., & Yates, M. (1997). *Community service and social responsibility in youth*. University of Chicago Press.
- Zhang, T., Fletcher, P. O., Gino, F. & Bazerman, M. H. (2015). Reducing bounded ethicality: How to help individuals notice and avoid unethical behavior. *Organizational Dynamics*, 44(4), 310–317. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.09.009>



## Anexos

### Anexo A – Questionário da Primeira Parte do Estudo 1

Bem-vindo(a) e obrigado por participar neste estudo.

#### **Objetivos do estudo**

Este estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, tem como objetivo analisar a utilização dos navegadores de internet (*web browsers*). Pedimos-lhe que responda a algumas questões sobre si e complete uma tarefa com a ajuda do seu *web browser*.

Este estudo realizar-se-á em dois momentos distintos, isto é, tem duas partes.

Ser-lhe-á solicitado(a) uma morada de correio eletrónico que permita o contacto posterior tendo em vista a participação na segunda parte do estudo.

#### **Duração do estudo**

Este estudo tem uma duração de 15 minutos. Tem apenas uma hora para completar o questionário. Passado este tempo, o estudo será encerrado.

#### **Privacidade e riscos associados à participação**

A sua participação será muito valorizada. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo. A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter que prestar qualquer justificação. A informação recolhida neste estudo será mantida estritamente confidencial. Antes do processo de análise, os dados serão anonimizados tornando impossível retirar conclusões acerca de pessoas individuais.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

Ao clicar no botão “**Avançar**”, você confirma que leu e compreendeu e aceita as condições do presente estudo.

---

**Avançar**

- Preencha o questionário sozinho(a), sem interrupções e num local calmo.
- Leia atentamente as instruções.
- As suas respostas não poderão ser alteradas depois de clicar no botão “**Avançar**”.
- Nunca clique no botão que permite retroceder no seu web browser. Caso o faça o estudo será interrompido e não poderá ser finalizado.

---

**Avançar**

Tal como referido anteriormente, este estudo é composto por duas partes distintas. A primeira parte que acontece agora, e uma segunda parte que ocorrerá de hoje a 10 dias. A sua participação é muito importante e apenas será considerada caso complete as duas partes do estudo.

Neste sentido, solicitamos a indicação de uma morada de correio eletrónico para a qual enviaremos a ligação para a segunda parte do estudo.

Uma vez mais, informamos que a informação recolhida neste estudo será mantida estritamente confidencial. Antes do processo de análise, os dados serão anonimizados tornando impossível retirar conclusões acerca de pessoas individuais. Após finalizar o estudo, a morada de correio eletrónico fornecida será eliminada.

**Correio eletrónico:**

---

**Avançar**

De seguida encontram-se listadas algumas características que podem descrever uma pessoa:

**CARINHOSO(A)**  
**SENSÍVEL**  
**JUSTO(A)**  
**AMIGÁVEL**  
**GENEROSO(A)**  
**PRESTÁVEL**  
**TRABALHADOR(A)**  
**HONESTO(A)**  
**AMÁVEL**

A pessoa com estas características pode ser você ou outra pessoa qualquer. Por um momento tente visualizar na sua mente uma pessoa com estas características. Imagine como essa pessoa pensa, sente e age. Quando tiver uma imagem clara de como essa pessoa será, clique em “Avançar”.

---

**Avançar**

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Sentir-me-ia bem se fosse uma pessoa com estas características.							
Tenho estas características e isso é importante para mim.							
Eu teria vergonha em ser uma pessoa com estas características.							
Ter estas características não é verdadeiramente importante para mim.							
Eu desejo fortemente ter estas características.							
Geralmente uso roupas que me identificam como tendo estas características.							
O que faço nos meus tempos livres identificam-me claramente como tendo estas características.							
O tipo de livros e revistas que leio identificam-me como tendo estas características.							
O facto de ter estas características é comunicado aos outros através da minha filiação a certas organizações.							
Encontro-me ativamente envolvido/a em atividades que comunicam aos outros que tenho estas características.							

**Avançar**

A próxima tarefa consiste em responder a uma questão com a ajuda do seu web browser (e.g., Google Chrome). A questão é apresentada de seguida. Escreva a solução na caixa de resposta e clique no botão “**Avançar**”.

**Avançar**

Utilize o seu web browser para responder a esta questão: **Qual a proporção da população que foi atingida pela gripe durante o inverno de 2003/2004 em França?**

*É expectável que dispense apenas 2 ou 3 minutos com esta tarefa*

A sua resposta:

**Avançar**

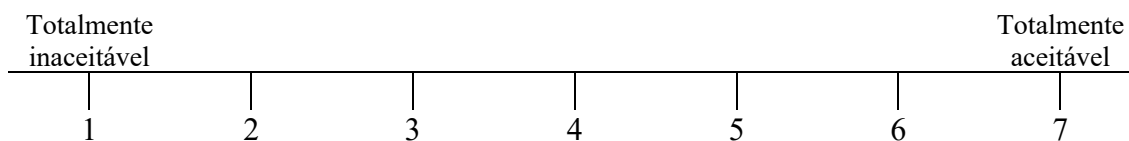
**Leia atentamente o texto:**

Francisco é o gerente de um balcão de uma grande instituição bancária. Recentemente, os resultados sofreram um decréscimo, principalmente devido um conflito entre um funcionário e alguns dos seus colegas. Eles queixam-se que este funcionário é rude e pouco cooperante. Francisco tentou atenuar esta situação, mas sem sucesso. A legislação laboral proíbe o despedimento de funcionários pelo facto de serem conflituosos. Os principais funcionários do balcão gerido por Francisco ficaram muito chateados com a situação e começaram a procurar trabalho noutra local.

Contudo, verificou-se uma alteração da situação. O funcionário candidatou-se a uma posição dentro a instituição, mas noutra setor. Francisco concordou em ser indicado como pessoa de referência.

Entretanto recebeu um telefonema da responsável do setor que considera contratar o funcionário. Ela encontra-se particularmente interessada nas competências sociais e perguntou: “Ele funciona bem com os colegas?” ao que Francisco respondeu: “Ele é um ótimo colega de trabalho, afável e cooperante” aumentando deste modo a possibilidade do funcionário se transferir para outro setor da empresa.

**Na sua opinião, em que medida o comportamento do Francisco é aceitável?**



**Avançar**

1. Idade:

2. Sexo:  masculino  feminino

3. Habilitações literárias:

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Licenciatura
- Mestrado

**Avançar**

Indique o seu grau de concordância.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Estive muito focado(a) enquanto participava este estudo.							
Respondi honestamente às questões deste estudo.							
Achei este estudo interessante.							
Por favor, clique na opção de resposta ao meio.							

Se tiver comentários sobre este estudo, utilize este espaço:

**Avançar**

Chegou ao final da primeira parte do estudo. Muito obrigado pela sua participação.

Dentro de 10 dias receberá uma mensagem de correio eletrónico com as instruções para aceder à segunda parte do estudo e concluir a sua participação.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

## **Anexo B – Questionário da Segunda Parte do Estudo 1**

Bem-vindo(a) e obrigado por ter aceitado participar na segunda parte deste estudo.

### **Objetivos do estudo**

Este estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, tem como objetivo analisar a utilização dos navegadores de internet (*web browsers*). Pedimos-lhe que responda a algumas questões sobre si e complete uma tarefa com a ajuda do seu *web browser*.

### **Duração do estudo**

Este estudo tem uma duração de 15 minutos. Tem apenas uma hora para completar o questionário. Passado este tempo, o estudo será encerrado.

### **Privacidade e riscos associados à participação**

A sua participação será muito valorizada. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo. A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter que prestar qualquer justificação. A informação recolhida neste estudo será mantida estritamente confidencial. Antes do processo de análise, os dados serão anonimizados tornando impossível retirar conclusões acerca de pessoas individuais.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

Ao clicar no botão “**Avançar**”, você confirma que leu e compreendeu e aceita as condições do presente estudo.

---

**Avançar**

- Preencha o questionário sozinho(a), sem interrupções e num local calmo.
- Leia atentamente as instruções.
- As suas respostas não poderão ser alteradas depois de clicar no botão “**Avançar**”.
- Nunca clique no botão que permite retroceder no seu web browser. Caso o faça o estudo será interrompido e não poderá ser finalizado.

---

**Avançar**

De seguida encontram-se listadas algumas características que podem descrever uma pessoa:

**CARINHOSO(A)**  
**SENSÍVEL**  
**JUSTO(A)**  
**AMIGÁVEL**  
**GENEROSO(A)**  
**PRESTÁVEL**  
**TRABALHADOR(A)**  
**HONESTO(A)**  
**AMÁVEL**

A pessoa com estas características pode ser você ou outra pessoa qualquer. Por um momento tente visualizar na sua mente uma pessoa com estas características. Imagine como essa pessoa pensa, sente e age. Quando tiver uma imagem clara de como essa pessoa será, clique em “Avançar”.

**Avançar**

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Sentir-me-ia bem se fosse uma pessoa com estas características.							
Tenho estas características e isso é importante para mim.							
Eu teria vergonha em ser uma pessoa com estas características.							
Ter estas características não é verdadeiramente importante para mim.							
Eu desejo fortemente ter estas características.							
Geralmente uso roupas que me identificam como tendo estas características.							
O que faço nos meus tempos livres identificam-me claramente como tendo estas características.							

O tipo de livros e revistas que leio identificam-me como tendo estas características.							
O facto de ter estas características é comunicado aos outros através da minha filiação a certas organizações.							
Encontro-me ativamente envolvido/a em atividades que comunicam aos outros que tenho estas características.							

**Avançar**

A próxima tarefa consiste em responder a três questões com a ajuda do seu web browser (e.g., Google Chrome). Cada questão é apresentada individualmente. Escreva a solução na caixa de resposta e clique no botão “**Avançar**”.

**Avançar**

Utilize o seu web browser para responder a esta questão: **Em que dia foi registado o primeiro caso COVID19 em Portugal?**

*É expectável que dispense apenas 2 ou 3 minutos com esta tarefa.*

A sua resposta:

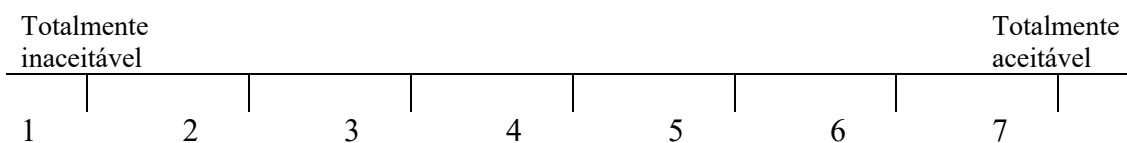
**Avançar**

**Leia atentamente o texto:**

António vai a caminhar na rua quando vê uma carteira no chão. Apanha-a e vê que tem várias centenas de euros e a carta de condução do dono. Através dos cartões de crédito e de outras evidências, percebe-se que o dono é rico. António está a passar por tempos difíceis e aquele dinheiro faz-lhe bastante falta.

António guarda o dinheiro e decide colocar a carteira no correio. António vai poder saldar algumas dívidas e o dono da carteira recupera os seus documentos e cartões de crédito.

**Na sua opinião, em que medida o comportamento do António é aceitável?**



**Avançar**



1. Idade:

2. Sexo:     masculino             feminino

3. Habilitações literárias:

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

**Avançar**

Indique o seu grau de concordância.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Estive muito focado(a) enquanto participava este estudo.							
Respondi honestamente às questões deste estudo.							
Achei este estudo interessante.							
Por favor, clique na opção de resposta ao meio.							

Se tiver comentários sobre este estudo, utilize este espaço:

**Avançar**

**Muito obrigado por ter participado no estudo!**

### **Tópico de pesquisa e objetivo do estudo**

Neste estudo estamos interessados em analisar como as pessoas respondem a diferentes problemas de natureza ética. Foi pedido que completasse algumas tarefas recorrendo à utilização do web browser. Tratou-se de uma manipulação com o objetivo de introduzir um elemento de distração entre duas medidas sobre ética.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

**Muito obrigado e tenha um bom dia!**

## Anexo C – Questionário do Estudo 2

Bem-vindo(a) e obrigado por participar neste estudo.

### **Objetivos do estudo**

Este estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, tem como objetivo analisar o modo como as pessoas tomam decisões sobre situações rotineiras que podem acontecer em qualquer altura da vida das pessoas.

### **Duração do estudo**

Este estudo tem uma duração de 20 minutos. Tem apenas uma hora para completar o questionário. Passado este tempo, o estudo será encerrado.

### **Privacidade e riscos associados à participação**

A sua participação será muito valorizada. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo. A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter que prestar qualquer justificação. A informação recolhida neste estudo será mantida estritamente confidencial. Antes do processo de análise, os dados serão anonimizados tornando impossível retirar conclusões acerca de pessoas individuais.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

Ao clicar no botão “**Avançar**”, você confirma que leu e compreendeu e aceita as condições do presente estudo.

---

**Avançar**

- Preencha o questionário sozinho(a), sem interrupções e num local calmo.
- Leia atentamente as instruções.
- As suas respostas não poderão ser alteradas depois de clicar no botão “**Avançar**”.

- Nunca clique no botão que permite retroceder no seu web browser. Caso o faça o estudo será interrompido e não poderá ser finalizado.

**Avançar**

De seguida encontram-se listadas algumas características que podem descrever uma pessoa:

**CARINHOSO(A)**  
**SENSÍVEL**  
**JUSTO(A)**  
**AMIGÁVEL**  
**GENEROSO(A)**  
**PRESTÁVEL**  
**TRABALHADOR(A)**  
**HONESTO(A)**  
**AMÁVEL**

A pessoa com estas características pode ser você ou outra pessoa qualquer. Por um momento tente visualizar na sua mente uma pessoa com estas características. Imagine como essa pessoa pensa, sente e age. Quando tiver uma imagem clara de como essa pessoa será, clique em “Avançar”.

**Avançar**

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Sentir-me-ia bem se fosse uma pessoa com estas características.							
Tenho estas características e isso é importante para mim.							

Eu teria vergonha em ser uma pessoa com estas características.							
Ter estas características não é verdadeiramente importante para mim.							
Eu desejo fortemente ter estas características.							
Geralmente uso roupas que me identificam como tendo estas características.							
O que faço nos meus tempos livres identificam-me claramente como tendo estas características.							
O tipo de livros e revistas que leio identificam-me como tendo estas características.							
O facto de ter estas características é comunicado aos outros através da minha filiação a certas organizações.							
Encontro-me ativamente envolvido/a em atividades que comunicam aos outros que tenho estas características.							

---

**Avançar**

**Por favor, leia atentamente:**

De seguida deverá completar uma tarefa.

Estamos interessados **no modo** como completa essa tarefa, os seus pensamentos, sentimentos e comportamentos.

Enquanto faz a tarefa, **foque a sua atenção naquilo que pensa, sente e faz**. Que aspetos da tarefa considera difíceis e que aspetos considera fáceis? O que lhe passa pela cabeça enquanto completa a tarefa.

Iremos perguntar-lhe sobre a sua experiência depois de completar a tarefa. **Por favor, mantenha-se atento(a) a estes aspetos.**

---

**Avançar**

A sua próxima tarefa consiste em responder a oito questões sobre situações rotineiras que podem acontecer em qualquer altura da vida das pessoas. Cada questão é apresentada individualmente. Assinale a sua opção e clique no botão “**Avançar**”.

---

Avançar

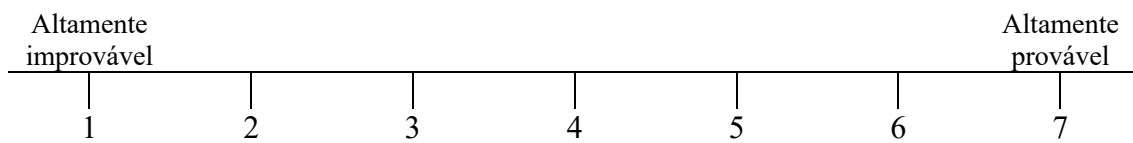
Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

Você trabalha num restaurante fast-food situado na baixa de Lisboa. A política da empresa proíbe os colaboradores de comer sem pagar. Você veio diretamente das aulas e tem fome. O seu supervisor não se encontra por perto. Você prepara uma refeição e come sem pagar.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



---

Avançar

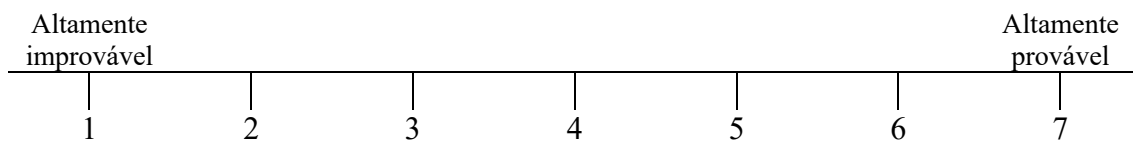
Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

Você trabalha como assistente num departamento da Universidade. Está sozinho(a) na sala de trabalho a fazer fotocópias e lembra-se que em casa ficou sem papel. Portanto, você guarda uma resma de folhas na sua mochila.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



---

Avançar

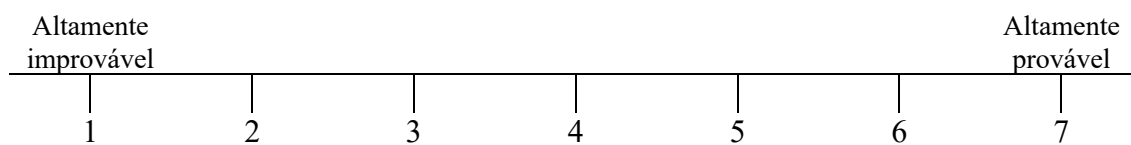
Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

Você está a estudar para um exame final. O professor dessa disciplina utiliza o mesmo enunciado nas várias épocas. Alguns dos seus amigos obtiveram uma cópia do enunciado depois da primeira época e estão a tentar memorizar as respostas corretas. Você não quer ver o enunciado, mas pergunta-lhes sobre os tópicos onde deve concentrar o seu estudo.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



**Avançar**

Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

**Avançar**

Você esperou 10 minutos na fila para comprar um café e um bolo no Starbucks. Quando já se encontra a umas centenas de metros de distância apercebe-se que o empregado lhe deu troco de 20€ e não da nota de 10€ que usou para pagar. Você saboreia o seu café, o bolo e 10€ de graça.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



**Avançar**

Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

**Avançar**

Você recebeu um exame de volta e nota que o professor assinalou como certas três repostas que se encontram erradas. Caso alerte para este erro a sua classificação no exame altera-se de 18 valores para 15 valores. Você não diz nada.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



**Avançar**

Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

Você está a tirar um curso de contabilidade e precisa de comprar um software que custa 50€. Um amigo seu, que também frequenta o curso, já comprou o software e ofereceu-se para fazer uma cópia. Você aceita e instala o software no seu computador.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



---

Avançar

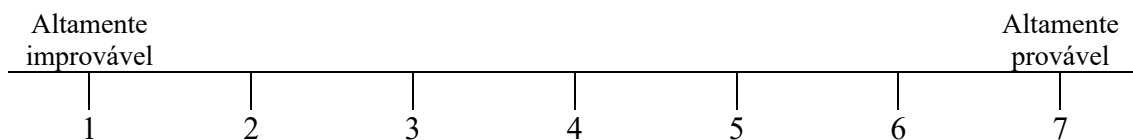
Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

O seu chefe pede-lhe que obtenha informação confidencial sobre uma empresa concorrente. Você candidata-se a uma vaga nessa empresa e tenta obter a informação pedida.

**Quão provável seria você ter este comportamento?**



---

Avançar

Por favor, não se esqueça de **focar a atenção em si** enquanto completa a tarefa.

---

Avançar

Você faz parte de uma equipa de projeto para uma disciplina na Universidade. A sua equipa espera até ao último minuto para começar a trabalhar. Alguns membros da equipa sugerem utilizar um projeto antigo feito por colegas num ano letivo anterior. Você concorda com o plano.



## Quão provável seria você ter este comportamento?

Altamente improvável							Altamente provável
1	2	3	4	5	6	7	
1	2	3	4	5	6	7	

---

**Avançar**

### Experiência pessoal neste momento.

Por favor, responda a cada uma das afirmações tendo por base como se sente neste momento – não como se sente em termos gerais, neste ponto da sua vida. Não existem respostas certas ou erradas – o importante é responder com honestidade.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

1. Neste momento, estou bem consciente de tudo aquilo que se passa à minha volta.
2. Neste momento, tenho consciência dos meus sentimentos.
3. Neste momento, estou preocupado(a) com a forma como me apresento.
4. Neste momento, tenho consciência daquilo que pareço.
5. Neste momento, estou consciente do que está a acontecer à minha volta.
6. Neste momento, reflito acerca da minha vida.
7. Neste momento, estou preocupado sobre aquilo que a outras pessoas pensam acerca de mim.
8. Neste momento, estou consciente dos meus pensamentos mais profundos.
9. Neste momento, tenho consciência de todos os objetos à minha volta.

---

**Avançar**

1. Idade:

2. Sexo:     masculino             feminino

3. Habilitações literárias:

Ensino básico

- Ensino secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

**Avançar**

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
Estive muito focado(a) enquanto participava este estudo.							
Respondi honestamente às questões deste estudo.							
Achei este estudo interessante.							
Por favor, clique na opção de resposta ao meio.							

Se tiver comentários sobre este estudo, utilize este espaço:

**Avançar**

**Muito obrigado por ter participado no estudo!**

**Tópico de pesquisa e objetivo do estudo**

Neste estudo estamos interessados em analisar como as pessoas respondem a diferentes problemas de natureza ética. Foi igualmente analisado em que medida, diferentes níveis de autoconsciência influenciam a avaliação de problemas de natureza ética. Tratando-se de uma manipulação, os participantes foram distribuídos aleatoriamente por uma de duas condições: (1) condição experimental e, (2) condição de controlo.

Para questões ou esclarecimentos, por favor contacte:

[vitor\\_hugo\\_silva@iscte-iul.pt](mailto:vitor_hugo_silva@iscte-iul.pt)

**Muito obrigado e tenha um bom dia!**